

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

Luiz Daniel Cilli

**Sustentabilidade nas instituições financeiras:
o caso do Itaú Unibanco**

**São Paulo
2012**

Luiz Daniel Cilli

Sustentabilidade nas instituições financeiras:
o caso do Itaú Unibanco

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do
Estado de São Paulo - IPT, como parte dos
requisitos para a obtenção do título de
Mestre em Tecnologia Ambiental

Data da aprovação ____/____/____

Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado (Orientador)
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do
Estado de São Paulo

Membros da Banca Examinadora:

Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado (Orientador)
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

Prof. Dr. Marcio Augusto Rabelo Nahuz (Membro)
IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo

Prof. Dr. José Roberto Kassai (Membro)
USP – Universidade de São Paulo

Luiz Daniel Cilli

Sustentabilidade nas instituições financeiras:
o caso do Itaú Unibanco

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Tecnologia Ambiental.

Área de Concentração: Gestão Ambiental

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado

São Paulo
Maio/2012

Ficha Catalográfica
Elaborada pelo Departamento de Acervo e Informação Tecnológica – DAIT
do Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT

C572s

Cilli, Luiz Daniel

Sustentabilidade nas instituições financeiras: o caso do Itaú Unibanco. / Luiz Daniel Cilli. São Paulo, 2012.
112 p.

Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental) - Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Área de concentração: Gestão Ambiental.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado

1. Instituição financeira 2. Sustentabilidade ambiental 3. Indicador ambiental 4. Indicador social 5. Indicador econômico 6. Tese I. Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo. Coordenadoria de Ensino Tecnológico II. Título

12-45

CDU 504.064:658.1(043)

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Prof. Dr. Eduardo Luiz Machado, pelas orientações, conselhos e paciência demonstrados durante o desenvolvimento do trabalho.

Aos professores do IPT pelo conhecimento compartilhado e que muito ajudou no decorrer do curso.

RESUMO

A preocupação com o meio ambiente nas instituições financeiras ainda é uma característica recente. Porém, devido à pressão dos *stakeholders* externos, algumas mudanças podem ser observadas, como por exemplo, a publicação divulgação das políticas e dos relatórios de sustentabilidade. O objetivo deste trabalho é realizar uma análise crítica da sustentabilidade no Itaú Unibanco por meio da avaliação de indicadores das três dimensões (ambiental, social e econômica), no período de 2008 a 2010. Para tanto, aplicou-se modelo de referência simplificado contendo 50 indicadores. Como resultado apresenta-se a comparação dos indicadores identificados e sugere-se adoção de um relatório padronizado, único, que englobe de forma consistente, clara e concisa as três dimensões, possibilitando a comparação dos dados analisados ao longo do tempo.

Palavras chave: Instituições Financeiras; Avaliação da Sustentabilidade; Relatórios de Sustentabilidade.

ABSTRACT

Sustainability in financial institutions: the case of Itaú Unibanco

The concern with the environment in financial institutions is still a recent feature. However, due to pressure from external stakeholders, some changes can be observed, for example, the publication of the release of policies and sustainability reports. The objective of this study is to accomplish a critical analysis of sustainability in Itaú Unibanco through the evaluation of indicators of the three dimensions (environmental, social and economic) from 2008 up to 2010. To this end, it was applied simplified reference model containing 50 indicators. The outcome of it was to submit the comparison of the identified indicators and to suggest the adoption of a single standardized report which gathers in a consistent, clear and concise way, the three dimensions, allowing the comparison over time.

Keywords: Financial Institutions; Sustainability Assessment, Sustainability Reporting.

Lista de Tabelas

Tabela 1 Premissas do modelo utilizado	30
Tabela 2 Principais Indicadores Itaú Unibanco.....	37
Tabela 3 Investimentos Ambientais Itaú Unibanco	41
Tabela 4 Emissão estimada (t CO ₂) de gases de efeito estufa Itaú Unibanco	42
Tabela 5 Consumo de materiais (em toneladas) Itaú Unibanco	43
Tabela 6 Destinação de resíduos (em toneladas) Itaú Unibanco	44
Tabela 7 Quantidade de indicadores identificados	50
Tabela 8 Indicadores não identificados	51
Tabela 9 Indicadores identificados	54
Tabela 10 Quantidade e resultado dos indicadores comparados por dimensão...	62

Lista de Siglas

A4S	<i>Accounting For Sustainability</i>
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CDP	<i>Carbon Disclosure Project</i>
CEPAA	<i>Council on Economic Priorities Accreditation Agency</i>
CERES	<i>Coalition for Environmentally Responsible Economics</i>
CSD	Comissão para Desenvolvimento Sustentável da ONU
CTFIN	Câmara Técnica de Finanças Sustentáveis
DJSI	<i>Dow Jones Sustainability Indexes</i>
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FGV-EAESP	Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de SP
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
FT	<i>Financial Times</i>
GEE	Gases de Efeito Estufa
GHG Protocol	<i>Greenhouse Gas Protocol</i>
GRES	Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade
GRI	<i>Global Reporting Initiative</i>
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IChemE	<i>Institution of Chemical Engineers</i>
IFC	<i>International Finance Corporation</i>
IIRC	<i>International Integrated Reporting Committee</i>
ISE	Índice BOVESPA de Sustentabilidade Empresarial
ISEA	<i>Institute of Social and Ethical Accountability</i>
LASFF	Fórum Latino Americano de Finanças Sustentáveis
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SAI	<i>Social Accountability International</i>
SAM	<i>Sustainable Asset Management</i>
TBL	<i>Triple Bottom Line</i>
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UTeB	Usina Termoeletrica Bandeirantes

Sumário

1	INTRODUÇÃO	11
2	OBJETIVOS	13
3	MÉTODO	14
4	REFERENCIAL TEÓRICO	15
4.1	A questão ambiental	15
4.2	Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade	16
4.3	Sustentabilidade nas instituições financeiras	18
4.4	Principais índices e ferramentas de sustentabilidade para as instituições financeiras	20
4.4.1	Índice Dow Jones de Sustentabilidade - DJSI (<i>Dow Jones Sustainability Indexes</i>)	20
4.4.2	Índice BOVESPA de Sustentabilidade Empresarial - ISE	21
4.4.3	<i>Global Reporting Initiative</i> - GRI	22
4.4.4	Princípios do Equador	24
4.4.5	Pacto Global	25
4.4.6	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio	26
4.4.7	AA1000	27
4.4.8	SA8000	28
4.5	O Modelo de Delai	29
4.6	<i>Accounting For Sustainability</i> (A4S)	31
4.7	Relatório Integrado	33
5	O ITAÚ UNIBANCO	36
5.1	Origem	36
5.2	A Sustentabilidade no Itaú Unibanco	37
5.3	Compromissos e práticas adotadas	38
5.4	Compromissos e práticas em relação ao meio ambiente	40
6	RESULTADOS	47
6.2	A aplicação do modelo proposto	49
6.2.1	Indicadores não identificados	50
6.2.2	Indicadores identificados	54
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	63
	REFERÊNCIAS	65
	REFERÊNCIAS CONSULTADAS	69

ANEXO A: INICIATIVAS DE MENSURAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE UTILIZADAS PARA ELABORAÇÃO DO MODELO DE REFERÊNCIA PROPOSTO POR DELAI	72
ANEXO B: INDICADORES DO MODELO DE REFERÊNCIA PROPOSTO POR DELAI	77
ANEXO C: OS “PRINCÍPIOS DO EQUADOR”	82
ANEXO D: POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE ITAÚ UNIBANCO BANCO MÚLTIPLO S.A.	96
ANEXO E: UTEB – USINA TERMOELÉTRICA BANDEIRANTES	102

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende abordar a questão da sustentabilidade nas instituições financeiras, realizando uma análise crítica no caso do Itaú Unibanco. Essa análise compreenderá uma avaliação das atividades/ações desenvolvidas por esta instituição quanto ao tema, perante seus diversos *stakeholders*¹.

Desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46), enquanto a sustentabilidade é “uma característica de um processo ou estado que pode manter-se indefinidamente” (IUCN; UNEP; WWF, 1984 apud DIAS, 2009, p.31).

Para Silva Júnior (2006), a questão ambiental² nas instituições financeiras ainda é uma característica bastante tímida e o tema meio ambiente aparentemente não faz sentido, uma vez que as atividades destas instituições não são diretamente relacionadas aos impactos ambientais mais usualmente conhecidos.

Porém, segundo FEBRABAN et al. (2008), há uma crescente preocupação das instituições financeiras em inserir este tema em suas práticas. Esta preocupação deve-se principalmente pela pressão exercida pelos diferentes *stakeholders* a favor da sustentabilidade, ocasionando uma mudança de visão em que as estratégias passaram a alinhar os interesses econômicos, sociais e ambientais.

Segundo Mattarozzi e Trunkl (2008), o conceito de sustentabilidade nas instituições financeiras remete à necessidade destas integrarem a perspectiva sustentável à sua própria missão e estratégias, adotando critérios socioambientais além dos econômico-financeiros.

Segundo Tosini (2006), o sistema financeiro, um dos principais agentes do desenvolvimento econômico, não pode ficar à margem dos problemas ambientais, pois além da consciência da sociedade, o arcabouço legal em relação ao meio ambiente também atinge estas instituições.

¹ *Stakeholder*, nesta dissertação, refere-se às partes interessadas que se relacionam com as práticas executadas pelas instituições financeiras, como fornecedores, funcionários, acionistas e clientes.

² *Questão ambiental*: Segundo Silva Júnior (2006) são os impactos ambientais causados pelos serviços prestados, seja por sua atuação direta, seja pelo repasse desse impacto para os seus *stakeholders*.

Neste contexto observam-se algumas mudanças na atuação das instituições financeiras, principalmente quanto à sua transparência e responsabilidade em relação ao tema de discussão. Alguns exemplos são a publicação dos relatórios de sustentabilidade e dos balanços sociais, a comercialização de fundos de investimentos socialmente responsáveis, a divulgação de sua política de sustentabilidade, a adoção aos Princípios do Equador, entre outros.

Almeida (2007) ressalta que o tema altera e dificulta o ambiente de negócios para todas as empresas; porém, por outro lado, novas oportunidades surgirão por intermédio da mitigação de impactos ambientais ou substituição de serviços, sendo inovação e tecnologia detentoras de papel chave nesse processo.

Justifica-se este trabalho, diante do exposto acima, em que se espera verificar a qualidade das informações disponibilizadas nos relatórios de sustentabilidade para avaliação da sustentabilidade na instituição financeira Itaú Unibanco, nos anos de 2008 a 2010.

2 OBJETIVOS

O objetivo desta dissertação é analisar as práticas associadas à sustentabilidade no Itaú Unibanco por meio da avaliação de indicadores das dimensões ambiental, social e econômica, obtidos nos relatórios de sustentabilidade dos anos de 2008 a 2010.

Os objetivos específicos são:

- a) Elaborar um breve histórico sobre a origem das dimensões da sustentabilidade no Itaú Unibanco;
- b) Identificar quais são as práticas adotadas pelo Itaú Unibanco em relação à sustentabilidade;
- c) Comparar os indicadores entre 2008 a 2010;
- d) Analisar a qualidade dos dados contidos nos relatórios de sustentabilidade, referente à sua utilização na avaliação da sustentabilidade;
- e) Elaborar modelo para avaliação da sustentabilidade nas instituições financeiras, enquanto o Relatório Integrado é discutido.

3 MÉTODO

O método inicial a ser utilizado nesta dissertação é o indutivo, com o qual se espera chegar a uma conclusão sobre quais as melhores práticas em relação à sustentabilidade em cada ano, a partir da análise crítica dos indicadores do Itaú Unibanco.

Os procedimentos metodológicos para elaboração deste trabalho são:

- I. pesquisa bibliográfica específica sobre o assunto;
- II. caracterização do objeto de estudo;
- III. identificação das práticas adotadas pelo Itaú Unibanco;
- IV. sistematização dos dados obtidos;
- V. análise e comparação dos indicadores;
- VI. considerações finais e recomendações.

No item I, efetuou-se pesquisa bibliográfica a partir da consulta de livros, artigos, dissertações e teses. Para caracterizar o objeto de estudo e identificar as práticas adotadas (itens II e III), utilizou-se como base o Relatório Anual de Sustentabilidade 2008 do Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.

A sistematização dos dados obtidos (item IV) e a análise e comparação (item V) foram realizadas a partir de uma simplificação (efetuada pelo autor da dissertação) do modelo proposto por Delai (2006) em sua dissertação de mestrado, detalhado no capítulo 4.5.

Na realização da simplificação/adaptação proposta foram selecionados os 50 indicadores mais relevantes à aplicação em instituições financeiras, ou seja, aqueles que podem ser diretamente relacionados a tais instituições, sendo 11 pertencentes à dimensão ambiental, 8 à econômica e 31 à social. Procurou-se manter o percentual de cada dimensão em relação ao modelo original, bem como selecionar os indicadores mais relevantes ao objeto de estudo.

Com base nas informações obtidas nos itens II e III foi aplicado o modelo simplificado para avaliar a sustentabilidade no Itaú Unibanco para o ano base 2008 e comparados com os anos base 2009 e 2010.

A partir dos resultados obtidos foram efetuadas as considerações ao trabalho em questão (item VI).

4 REFERENCIAL TEÓRICO

O objetivo desta seção é contextualizar os principais conceitos relacionados ao tema desta dissertação. Para isso, foi abordada a questão ambiental, a sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade nas instituições financeiras, as principais ferramentas e práticas possíveis de serem adotadas por este mercado.

4.1 A questão ambiental

A degradação ao meio ambiente é um tema comentado há tempos. Porém, somente nos últimos séculos o assunto começa a tomar proporções preocupantes.

Para Dias (2009), nos últimos 300 anos, o desenvolvimento tecnológico da humanidade foi inigualável, o que gerou uma incrível capacidade de produção e de controle de elementos naturais. Em contrapartida foi o período no qual o homem gerou os meios que podem levá-lo à extinção.

Segundo Sachs (2008), o ritmo da atividade econômica humana foi ampliado oito vezes desde 1950 e, possivelmente, será mais seis vezes até 2050. Tal crescimento está causando uma destruição ambiental nunca prevista nos estágios anteriores da história da humanidade. Ainda segundo o autor, entende-se que a sociedade humana ignora as questões ecológicas para satisfazer os desejos humanos. Alguns efeitos causam impactos pontuais como o desmatamento em detrimento a plantações e criações de rebanhos, por exemplo. Outros são mais obscuros, como a queima de combustíveis fósseis, causa da alteração dos sistemas climáticos.

Porém, segundo Dias (2009), a conscientização ambiental ocorreu ao longo da segunda metade do século XX, devido aos problemas de contaminação do meio ambiente, desencadeando grande número de normas e regulamentos internacionais, bem como a criação de órgãos responsáveis por aplicar tais normas e regulamentos. Assim, inicia-se a mudança de atitude nas organizações do setor privado e público da economia, que passam a levar em conta a opinião pública em relação à questão ambiental.

Van Bellen (2007) corrobora a visão de Dias, ao mostrar que acidentes como os de Bhopal³ e da usina nuclear de Chernobyl, na extinta União Soviética, provocaram um impressionante crescimento da consciência dos problemas ambientais.

Segundo Oliveira (2007), em relação ao meio ambiente, a preocupação mundial caminha para um novo estilo de desenvolvimento combinando eficiência econômica, justiça social e prudência ecológica.

Existe uma relação entre a classe social e a conscientização ambiental. Em todo o mundo há consumidores engajados com a causa ambiental os quais aceitam pagar mais caro por um produto ecologicamente correto e repudiam um produto que possa causar danos ambientais em qualquer momento de sua cadeia produtiva, mesmo com diferenças no preço. Nos países em desenvolvimento, embora exista um crescimento sobre esta conscientização, ela ainda ocorre em menor escala, pois, em função da desigualdade social, muitos consumidores não têm a opção de escolher um produto ecologicamente correto.

O exemplo acima demonstra não ser possível implantar uma cultura de conscientização ambiental se o indivíduo e/ou instituição não possuírem uma situação econômica positiva e estável, bem como se estes não estiverem inseridos na sociedade, tendo condições de participar e/ou decidir qual o melhor caminho tomar. Por isso, deve-se tratar a questão ambiental juntamente com a social e econômica.

Cada vez mais é claro o papel de toda a sociedade para a melhoria ambiental de um país ou até mesmo do mundo, não bastando uma atuação particular ou local. É necessário o envolvimento da população, empresas públicas e privadas, organizações não governamentais (ONG), escolas, universidades e governo.

4.2 Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade

Segundo van Bellen (2007), o conceito de desenvolvimento sustentável provém de um histórico de reavaliação crítica na relação entre a sociedade civil e o meio natural. Por isso, existe uma variedade de abordagens que tentam explicar o conceito de desenvolvimento sustentável e sustentabilidade.

³ Em 3 de Dezembro de 1984, 40 toneladas de gases tóxicos vazaram de uma fábrica de pesticida na capital do estado indiano de Madhya Pradesh: Bhopal. Houve cerca de 3000 mortes diretas, mas estima-se que outras 10 mil ocorreram indiretamente.

Nesta dissertação, são utilizados os conceitos abordados são os seguintes:

- Desenvolvimento sustentável é “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p.46);
- Sustentabilidade é “uma característica de um processo ou estado que pode manter-se indefinidamente” (IUCN; UNEP; WWF, 1984 apud DIAS, 2009, p.31).

Para Turner et al. (1993, apud VAN BELLEN, 2007) os economistas se aproximam das questões sobre meio ambiente e sociedade pela discussão da sustentabilidade forte e fraca, que se baseiam no fato de que a humanidade deve preservar o capital natural (recursos naturais renováveis e não renováveis). Porém, os dois conceitos distinguem-se entre si pelo fato de na sustentabilidade forte os recursos deverem ser mantidos e na sustentabilidade fraca os recursos podem ser trocados por outros desde que seu estoque se mantenha constante.

O foco deste trabalho não é discutir os dois conceitos de sustentabilidade e sim demonstrar como o conceito de sustentabilidade pode ser praticado.

Para Sachs (2008), a capacidade do mundo de combinar o crescimento econômico em longo prazo com a saúde ambiental é amplamente discutida, porém a atividade humana atual não é sustentável. Se não houver uma rápida mudança, as limitações do ambiente derrotarão as aspirações globais de prosperidade.

É crescente a preocupação da sociedade com a questão ambiental, uma vez que a existência da primeira foi como dependente da utilização (conservação) dos recursos naturais.

Para FEBRABAN et al. (2008), embora o tema sustentabilidade esteja em foco das principais agendas mundiais das últimas décadas, ele sempre acompanhou a humanidade, juntamente com o crescimento populacional e aumento do consumo de recursos naturais.

Para Louette (2007), o desenvolvimento sustentável tornou-se uma fórmula para expressar a necessidade de manter o equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental.

Segundo Woltmann e Araújo (2007), o desenvolvimento sustentável é divulgado pelo planeta como uma forma racional de prover qualidade de vida equânime e socialmente justa, permeando as gerações.

Para Nahuz (2011) o conceito da sustentabilidade representou uma resposta da ONU ao questionamento expresso em 1972 (Estocolmo), sobre a sobrevivência do planeta face à demanda da sociedade em relação ao meio ambiente. Posteriormente, quando da II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano, realizada em 1992, no Rio de Janeiro (Rio 92), o conceito foi popularizado.

Segundo Barbieri e Cazajeira (2009), o modelo *triple bottom line* tornou-se popular no ambiente empresarial com o livro *Cannibal with forks*, de John Elkington, onde o autor procurou responder a seguinte questão: “o capitalismo, assim como um canibal, se tornaria civilizado se usasse garfo?” A metáfora do garfo trata das questões ambiental, econômica e social, onde cada um dos três dentes do garfo representa as dimensões em termos de resultados líquidos.

4.3 Sustentabilidade nas instituições financeiras

Para Tosini (2006), as instituições estão expostas a riscos que podem trazer prejuízos relevantes, comprometer a saúde financeira e sua própria continuidade. Ainda segundo a autora, o risco ambiental para as instituições financeiras é o risco de dano ao meio ambiente causado por qualquer atividade econômica.

Já para a Defesa Civil é a “possibilidade de dano, enfermidade ou morte resultante da exposição de seres humanos, animais ou vegetais a agente ou condições ambientais potencialmente perigosas” (DEFESA CIVIL, 2004).

É possível dizer que as duas definições se completam, pois as atividades econômicas podem propiciar a exposição à agentes ou condições ambientais potencialmente perigosas, caso não sejam devidamente geridas.

Segundo FEBRABAN et al. (2008), devido à competitividade acirrada, as organizações se preocupam cada vez mais com questões relacionadas ao meio ambiente e à sociedade.

Esta ideia é ratificada por Silva Júnior (2006), ao complementar dizendo que as organizações devem lançar mão de alguns diferenciais para que possam conquistar a simpatia e a fidelidade de seus clientes atuais e futuros. Por conta disto, as ações ambientais e sociais adotadas por alguns bancos, em breve, serão obrigatórias a todos eles.

Segundo Tabet (2007), a inserção do conceito de sustentabilidade nos negócios impõe um novo paradigma, entre os fatores econômicos, sociais e ambientais das organizações.

Para Sousa (2006), as empresas precisam avaliar corretamente onde estão e para onde querem ir ao que diz respeito à responsabilidade social e desenvolvimento sustentável.

Segundo Tachizawa (2005), as organizações que integrarem as decisões estratégicas à questão ambiental conseguirão vantagens competitivas e incremento nos lucros a médio e longo prazos.

“A gestão ambiental e da responsabilidade social, para um desenvolvimento que seja sustentável econômica, social e ecologicamente, precisa contar com executivos e profissionais nas organizações, públicas e privadas, que incorporem tecnologia e produção inovadora, regras de decisão estruturadas e demais conhecimentos sistêmicos exigidos no contexto em que se inserem” (TACHIZAWA, 2005, p.26).

Silva Júnior (2006) destaca a importância da atividade bancária no setor ambiental como evidente quando se faz uma análise dos negócios. As atividades diárias e ações de gestão geram impactos diretos em questões sociais e ambientais, evidenciado principalmente na relação com seus *stakeholders*.

Segundo Esty e Winston (2008), os líderes ambientais que veem os negócios sob a ótica do meio ambiente encontram oportunidades de reduzir custos e riscos além de aumentar a receita. Essas estratégias geram um novo tipo de vantagem competitiva sustentável chamada de ecovantagem: utilização de um processo ecologicamente correto para gerar lucro, obtendo vantagens monetárias diretas, como a utilização de matéria prima sustentável, até vantagens indiretas, como melhoria na visibilidade da marca.

4.4 Principais índices e ferramentas de sustentabilidade para as instituições financeiras

Segundo Tinoco e Kraemer (2004), os indicadores de desempenho ambiental sintetizam informações quantitativas e qualitativas que podem determinar a eficiência e efetividade da empresa do ponto de vista ambiental.

Para van Bellen (2007), agregar e quantificar estas informações faz sua significância ficar mais aparente.

Tayra e Ribeiro (2006) ressaltam que sob o enfoque sistêmico, quando variáveis são analisadas em conjunto, podem indicar as principais tendências e tensões aos problemas de sustentabilidade.

Conforme FEBRABAN (2008), as organizações que incorporam o conceito de desenvolvimento sustentável em seus negócios e estratégias, normalmente divulgam em seus relatórios de sustentabilidade os indicadores de ecoeficiência utilizados, sendo os mais comuns consumo de papel, de energia elétrica, de água, de materiais e inventário de CO₂ – emissões diretas ou indiretas.

Barbieri (2004) sintetiza o conceito de ecoeficiência como sendo um modelo de produção e consumo sustentáveis, onde o que importa é a eficiência com a qual os recursos ecológicos são utilizados para atender às necessidades humanas.

A seguir são detalhados os índices e ferramentas possíveis de aplicações às instituições financeiras.

4.4.1 Índice Dow Jones de Sustentabilidade - DJSI (*Dow Jones Sustainability Indexes*)

Segundo Sousa (2006) o DJSI foi lançado em 1999 em uma parceria da *Dow Jones Indexes* e a SAM (*Sustainable Asset Management*), gestora de recursos suíça, especializada nas empresas preocupadas com a responsabilidade socioambiental.

Para May, Lustosa e Vinha (2003 apud BASSETO, 2007) o objetivo deste índice é ajudar investidores que procuram aplicar em ações diferenciadas e premiar as empresas que unem o desenvolvimento com ecoeficiência e responsabilidade social.

As empresas são selecionadas com análise de um questionário de perguntas genéricas e específicas, de acordo com o setor de atuação da companhia, além do envio para análise de documentos, como as políticas praticadas pela organização, relatórios relacionados às questões abordadas nos questionários e informações disponíveis ao público.

Segundo Barbosa (2007), para classificar as companhias, é feita análise da sustentabilidade por meio do exame das dimensões econômica, social e ambiental.

Para Martins (2006), o DJSI fornece uma ligação entre as companhias sustentáveis e os investidores que querem lucrar com desempenho superior e perfis favoráveis de risco e retorno.

Participam do questionário 2500 empresas, sendo as maiores por capitalização de mercado no Índice-*Dow-Jones* Global. Dessas, aproximadamente 320 empresas são selecionadas para compor o índice, porém este número varia de ano a ano.

O índice pode ser utilizado como uma boa ferramenta para avaliar a sustentabilidade das participantes do Índice-*Dow-Jones* Global, uma vez que, por meio do questionário, são verificadas quais as melhores práticas sustentáveis em suas três dimensões.

4.4.2 Índice BOVESPA de Sustentabilidade Empresarial - ISE

Segundo FEBRABAN (2008), o ISE surgiu em dezembro de 2005 quando a BOVESPA uniu-se aos signatários do *Global Compact* (Pacto Global das Nações Unidas) e ao Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da FGV – EAESP. O propósito foi definir os critérios e indicadores para averiguar os conceitos de sustentabilidade adotados pelas empresas e criar um ambiente de investimento compatível com as demandas de desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea.

Para CES-FGV (2007 apud DIAS, 2007), o ISE diferencia as empresas comprometidas com a sustentabilidade, em termos de qualidade, nível de compromisso, transparência, desempenho, dentre outros fatores.

Segundo SOUSA (2006) são quatro os critérios abordados:

a) Políticas – indicadores de comprometimento;

- b) Gestão – planos, programas, metas e monitoramento;
- c) Desempenho;
- d) Cumprimento Legal.

Assim como no DJSI, o questionário aborda aspectos sociais, ambientais e de governança corporativa, além do desempenho econômico. As empresas convidadas a responder ao questionário de forma voluntária são as empresas listadas na BOVESPA, que possuem as 150 ações mais líquidas. Destas, até 40 são selecionadas para o ISE.

Conforme Basseto (2007), as respostas são analisadas por meio da análise de *clusters* (identificação de grupos com desempenhos semelhantes) a qual possibilita indicação do grupo que possui o melhor desempenho. E, como cita Louette (2007), são realizadas revisões anuais para garantir a correta aferição do nível de sustentabilidade das empresas.

Assim como no índice anterior, a avaliação é semelhante ao *DJSI*, para as empresas listadas na BOVESPA.

4.4.3 *Global Reporting Initiative* - GRI

O GRI ajuda as empresas a quantificarem e qualificarem ativos intangíveis como, reputação, capacidade de inovar, qualidade de gestão e confiabilidade. Além disso, fornece informações financeiras para a tomada de decisões de investidores, clientes e demais partes interessadas. As diretrizes são formuladas para que as empresas possam produzir mais facilmente seus relatórios com consistência, relevância, confiança e grau de comparação (ARRUDA, 2008, p. 47).

Segundo Basseto (2007) a GRI é uma rede internacional lançada em 1997 pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) e pela CERES (sigla em inglês da Coalizão por Economias Ambientalmente Responsáveis).

Conforme GRI (2002, apud MARTINS, 2006) seu objetivo principal é melhorar a qualidade, o rigor e a aplicabilidade dos relatórios de sustentabilidade, ou seja, captar e expressar o consenso emergente sobre procedimentos de elaboração de relatórios criando um ponto de referência para os *stakeholders*.

Segundo GRI (2009), alguns princípios, devem ser seguidos e fazer parte da estrutura do relatório para assegurar um entendimento comum tanto para os relatores como para os usuários. Estão divididos em dois grupos:

- Princípios para determinar os temas e indicadores que a organização deverá relatar;
 - Materialidade: as informações devem cobrir temas e indicadores que reflitam os impactos econômicos, ambientais e sociais ou possam influenciar as avaliações e decisões dos *stakeholders*.
 - Inclusão dos *stakeholders*: devem ser identificados os *stakeholders* e informar as medidas tomadas em respostas aos interesses destes;
 - Contexto da sustentabilidade: deve apresentar o desempenho da organização no contexto da sustentabilidade.
 - Abrangência: a cobertura dos temas e indicadores deve refletir os impactos econômicos, ambientais e sociais significativos e permitir a avaliação de desempenho pelos *stakeholders*.

- Princípios para assegurar a qualidade e a adequada apresentação das informações relatadas:
 - Equilíbrio: o relatório deve refletir aspectos positivos e negativos do desempenho da organização.
 - Comparabilidade: as questões e informações deverão ser selecionadas, compiladas e relatadas de forma consistente.
 - Exatidão: as informações devem ser precisas e detalhadas.
 - Periodicidade: o relatório é publicado regularmente e as informações disponibilizadas para que os *stakeholders* tomem decisões fundamentadas.
 - Clareza: as informações devem estar disponíveis de uma forma que seja compreensível e acessível aos *stakeholders*.

Esta iniciativa facilita a divulgação e disseminação das informações aos seus diferentes públicos, uma vez que orienta para uma linguagem clara. Além disso, permite a identificação das informações por meio do índice remissivo do GRI.

Conforme informações citadas anteriormente, nem sempre os relatórios que adotam o GRI apresentam a mesma padronização, dificultando assim a comparação entre relatórios de anos diferentes e ou instituições diferentes.

4.4.4 Princípios do Equador

Segundo *International Finance Corporation* (2005 apud DIAS; 2008), os Princípios do Equador são um conjunto de exigências socioambientais aplicadas na concessão de financiamento de grandes projetos.

Para FEBRABAN (2008), os Princípios do Equador tiveram origem em outubro de 2002, quando alguns dos maiores bancos internacionais se reuniram com o *International Finance Corporation* para adotar critérios mínimos ambientais e de responsabilidade social, em seus financiamentos. Tais critérios foram aprovados em junho de 2003, em uma reunião em Washington.

Conforme Sousa (2006), a orientação é de que os projetos não enquadrados aos critérios dos princípios não devem ser financiados pelos bancos signatários. No momento da criação dos Princípios do Equador, foi estipulado que os princípios deveriam ser aplicados a financiamentos com custos de capital de US\$ 50 milhões ou mais, sendo posteriormente, em julho de 2006, este valor baixado para US\$ 10 milhões (versão vigente).

Segundo consta no escopo dos Princípios do Equador, estes princípios se aplicam globalmente a todos os novos financiamentos de projetos, de todos os setores, bem como nos projetos de ampliação de uma instalação já existente, que possam gerar impactos sociais ou ambientais. São 10 princípios a serem seguidos e estes estão descritos no Anexo C.

Conforme *Equator-Principles* (2011) realizou-se nos dias 01 e 02 de dezembro de 2010, em Beijing, China, reunião para revisão estratégica dos Princípios do Equador. O objetivo da reunião foi elaborar uma visão estratégica e elaborar planos a fim de os princípios continuarem sendo *gold standard* para que as instituições financeiras possam a gerir seus riscos ambientais e sociais. Segundo *Equator Principles* (2011), em julho de 2011, foi anunciado o início do processo de atualização dos Princípios do Equador. Em janeiro de 2012, a nova versão dos Padrões de Desempenho de Sustentabilidade Social e Ambiental da *International Finance Corporation* - IFC foram anunciadas. O comitê dos Princípios do Equador orientou os membros sobre como realizar a transição dos Padrões de Desempenho de 2006 para 2012.

A adoção desses princípios permite demonstrar a preocupação das instituições financeiras em promover sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável nas regiões nas quais atuam, além de mitigar riscos de imagem e financeiros, pois as instituições podem se tornar corresponsáveis na execução do projeto financiado.

4.4.5 Pacto Global

Segundo Pacto Global - Rede Brasileira (2009), o Pacto Global é uma iniciativa da Organização das Nações Unidas (ONU), tendo por objetivo mobilizar a comunidade empresarial para a adoção de valores fundamentais, internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações do trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Ao todo, são 10 princípios e atualmente mais de 5.200 organizações são signatárias do pacto ao redor do mundo.

Conforme Sousa (2006), o Pacto Global foi lançado em julho de 2000 com 9 princípios, sendo que o 10º foi adicionado em junho de 2004, abordando o tema da corrupção.

Os dez princípios são:

Direitos Humanos

1. As empresas devem apoiar e respeitar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente e
2. Assegurar-se de sua não participação em violações destes direitos.

Trabalho

3. As empresas devem apoiar a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva;
4. A eliminação de todas as formas de trabalho forçado ou compulsório;
5. A abolição efetiva do trabalho infantil e
6. Eliminar a discriminação no emprego.

Meio Ambiente

7. As empresas devem apoiar uma abordagem preventiva aos desafios ambientais;
8. Desenvolver iniciativas para promover maior responsabilidade ambiental e
9. Incentivar o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente amigáveis.

Contra a Corrupção

10. As empresas devem combater a corrupção em todas as suas formas inclusive a extorsão e propina.

A adoção desta iniciativa demonstra o compromisso com a sociedade, uma vez que são desenvolvidas práticas que assegurem principalmente os direitos humanos, e relações de trabalho, que estão diretamente relacionados à dimensão social da sustentabilidade.

4.4.6 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

Segundo Louette (2007), a ONU realizou em setembro de 2000 a Assembleia do Milênio na qual 191 delegações estavam presentes. O debate realizado resultou na aprovação da Declaração do Milênio que reconheceu que o mundo tem tecnologia e conhecimento para resolver a maioria dos problemas enfrentados pelos países pobres.

Sousa (2006) corrobora a opinião a autora quando cita que o objetivo é apresentar estratégias e soluções para superar alguns dos principais problemas das humanidades.

Os objetivos identificados são:

- Acabar com a fome e a miséria;
- Educação básica de qualidade para todos;
- Igualdade entre sexos e valorização da mulher;
- Reduzir a mortalidade infantil;
- Melhorar a saúde das gestantes;
- Combater a AIDS, a malária e outras doenças;
- Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente;
- Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Os estados membros devem envidar esforços para alcançar os objetivos até 2015.

Esta iniciativa também está voltada à dimensão social da sustentabilidade e demonstra a preocupação das instituições em propiciar condições para o desenvolvimento sustentável a toda população.

4.4.7 AA1000

Segundo Louette (2007), o AA1000 é uma norma internacional certificável, composta por padrões e processos relacionados ao engajamento com os *stakeholders*. Foi lançada em 1999 pelo ISEA - *Institute of Social and Ethical Accountability*, uma ONG com sede em Londres. É formada por 350 membros (empresas, ONGs e institutos de pesquisas) que elegem um conselho composto por representantes no Brasil, Índia, América do Norte, Rússia, África do Sul e Europa.

Ainda citando a autora, a norma define as melhores práticas para prestação de contas, assegurando a qualidade da contabilidade, auditoria e relato social ético de todos os tipos de organizações.

Segundo Sousa (2006), o foco da norma é integrar as necessidades dos *stakeholders* ao dia a dia empresarial, facilitando assim a gestão de risco e consolidar a construção de parcerias de longo prazo.

Conforme Louette (2007) são 11 princípios divididos nas 4 áreas de referência que contêm processos e princípios para relatórios, prestação de contas e auditoria:

- I. Escopo, natureza e processo de organização;
- II. Significância da informação;
- III. Qualidade da informação;
- IV. Gerenciamento do processo em base contínua.

Assim como o GRI, esta norma busca a transparência entre a instituição e seus *stakeholders*. Ela orienta a elaboração de relatórios, prestação de contas, auditoria, gerenciamento de riscos e parcerias de longo prazo, novamente demonstrando a preocupação com a sustentabilidade.

4.4.8 SA8000

Segundo Louette (2007), a SA8000 é uma norma criada em 1997 pela ONG norte-americana *CEPAA - Council on Economic Priorities Accreditation Agency* -, hoje chamada *SAI - Social Accountability International*. Seu objetivo é ser usada pela indústria de manufatura, porém também é aplicável ao setor de serviços. Esta é passível de auditoria e certificação.

Ainda segundo a autora, esta norma é cada vez mais reconhecida, pois tem por objetivo verificação de condições dignas de trabalho e respeito dos direitos fundamentais dos trabalhadores, baseados em diretrizes internacionais tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU, as convenções sobre a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as convenções da ONU sobre os direitos da criança.

Conforme cita Sousa (2006), a norma concentra-se em nove áreas:

- Trabalho infantil;
- Trabalho forçado;
- Saúde e segurança;
- Liberdade de associação e direito à negociação coletiva;
- Discriminação;
- Práticas disciplinares;

- Horário de trabalho;
- Remuneração;
- Sistema de gestão.

A SA8000 vai ao encontro do Pacto Global, uma vez que tem por objetivo verificar as condições de trabalho e o respeito aos direitos humanos, demonstrando preocupação com a dimensão social.

A seguir é descrito o modelo de referência, proposto por Delai, para mensuração da sustentabilidade corporativa. No capítulo 5, são identificados quais destes índices e ferramentas são adotadas pelo Itaú Unibanco para a manutenção da sustentabilidade.

4.5 O Modelo de Delai

O modelo em questão é originalmente composto de 151 indicadores, dos quais 35 pertencem à dimensão ambiental, 25 à econômica e 91 à social.

Segundo Delai e Takahashi (2008), foram utilizadas oito iniciativas de mensuração da sustentabilidade para o desenvolvimento do modelo proposto:

- Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (Comissão para Desenvolvimento Sustentável da ONU);
- *Dashboard* da Sustentabilidade;
- Barômetro da Sustentabilidade;
- *Global Reporting Initiative* (GRI);
- Métricas de Sustentabilidade da Instituição dos Engenheiros Químicos da Inglaterra (IChemE);
- Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI);
- Índice *Triple Bottom Line* (TBL);
- Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial.

As definições das iniciativas de mensuração encontram-se no Anexo A.

A tabela 1 contém as premissas do modelo original. Os 151 indicadores propostos pela autora encontram-se no Anexo B.

Tabela 1: Premissas do modelo utilizado

Categorias de Análise	Conteúdo	Modelo de Referência Proposto
Conceito de Sustentabilidade	Conceito desenvolvimento sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Equilíbrio nas relações entre as necessidades econômicas, ambientais e sociais que não comprometa o desenvolvimento futuro
	Desdobramento da visão em metas	<ul style="list-style-type: none"> • Definição metas de longo prazo e seu desdobramento em toda a hierarquia da organização • Definição de estrutura de gestão da sustentabilidade
Estrutura	Níveis de abstração do sistema	<ul style="list-style-type: none"> • 1º nível - Dimensões: São os grandes focos ou pilares do desenvolvimento sustentável • 2º nível - Temas: São os assuntos prioritários relacionados a cada dimensão do desenvolvimento sustentável • 3º nível - Subtemas: São os mensuradores ou medidas de sustentabilidade de cada tema • Indicadores: São os mensuradores ou medidas de sustentabilidade de cada subtema
Conteúdo	Conteúdo de cada nível do sistema	<ul style="list-style-type: none"> • vide Anexo B
Dados	Tipo de dados	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores quantitativos.
	Nível de agregação	<ul style="list-style-type: none"> • Indicadores qualitativos.
Esfera	Horizonte de tempo da mensuração	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação do histórico de no mínimo 3 anos com apresentação das tendências de longo prazo e suas metas.
	Espaço de estudo	<ul style="list-style-type: none"> • Empresas privadas
Interface	Complexidade do sistema	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa em função de ser um conjunto de indicadores e da apresentação da folha explicativa para cada indicador.
	Apresentação com Gráficos de barras	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação mensal do histórico dos três últimos anos; • Metas de curto e longo prazo; • Esquema de cores para visualização do alcance da meta (verde - meta alcançada; vermelho - meta não alcançada; amarelo - resultado até 3% distante da meta).
	Abertura	<ul style="list-style-type: none"> • Alta por meio de inclusão da planilha de dados nos gráficos de barras utilizados para avaliação dos resultados; • Alta por meio de uso da folha explicativa para cada indicador com descrição, fórmula de cálculo, impacto e fonte de dados.
	Potencial pedagógico alcançado	<ul style="list-style-type: none"> • Por uso da folha explicativa para cada indicador. • Por uso do gráfico de barras com esquema de cores

Participação	Forma e intensidade do envolvimento dos atores sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Participação mista: tanto do público-alvo quanto de especialistas em todo o ciclo de vida do sistema.
	Flexibilidade	<ul style="list-style-type: none"> • O modelo é aberto tendo-se possibilidade de alteração das metas, bem como a inclusão ou exclusão de indicadores de acordo com a realidade da organização.
Avaliação contínua	Rotinas de suporte ao processo de mensuração (Estabelecimento das rotinas com responsabilidades definidas)	<ul style="list-style-type: none"> • Coleta, tratamento e divulgação dos resultados; • Reuniões periódicas de análise dos resultados; • Avaliação da implementação das ações planejadas e definição de ações corretivas com os envolvidos; • Revisão anual dos indicadores e metas com os envolvidos e desdobramento das metas organizacionais nas diversas áreas.

Fonte: adaptado de Delai (2006, p.245)

Na realização da simplificação/adaptação proposta foram selecionados os 50 indicadores mais relevantes à aplicação em instituições financeiras, ou seja, aqueles possíveis de serem diretamente relacionados a tais instituições, sendo 11 pertencentes à dimensão ambiental, 8 à econômica e 31 à social. O percentual de cada dimensão em relação ao modelo original foi mantido.

Além das oito iniciativas utilizadas pelo modelo referencial o autor considera como alternativa para avaliação de sustentabilidade o projeto A4S e o Relatório Integrado, descritos a seguir, que orientam para a utilização de um único relatório para avaliar a sustentabilidade.

4.6 *Accounting For Sustainability* (A4S) ⁴

Accounting For Sustainability é um projeto que envolve diversas organizações para desenvolver ferramentas práticas para relacionar o desempenho ambiental e social com a estratégia e o desempenho financeiro, incorporando-as no dia-a-dia das operações e na tomada de decisões. Foi iniciado por “Sua Alteza Real, o Príncipe de Gales” em 2004 e oficialmente lançado em 2006.

⁴ As informações sobre o A4S foram obtidas segundo A4S (2011).

Segundo palavras de “Sua Alteza Real, o Príncipe de Gales”, o principal objetivo é *“to help ensure that sustainability - considering what we do not only in terms of ourselves and today, but also of others and tomorrow - is not just talked and worried about, but becomes embedded in organisations' - DNA”*.

O projeto trabalha com empresas, investidores, setor público, auditoria contábil, ONG's e o meio acadêmico para desenvolver orientações e ferramentas para a incorporação da sustentabilidade na tomada de decisões bem como a elaboração de relatórios e processos. Até abril de 2011, houve a colaboração de mais de 150 organizações.

Segundo Eccles e Krzus (2011), as informações sobre sustentabilidade devem ser apresentadas juntamente com as informações financeiras, fornecendo assim um quadro completo e equilibrado da instituição. Além disso, consideram também que a sustentabilidade deve estar claramente vinculada à estratégia da organização.

Seus objetivos para 2011/2012 são:

1. Valor Integrado:

- Auxiliar organizações a incorporarem o valor de todos os recursos (inclusive as externalidades e intangíveis) em informações internas e externas e na tomada de decisões.

2. Rede Internacional:

- Desenvolver uma rede internacional;
- Identificar e realizar projetos individuais nas áreas de incorporação e elaboração de relatórios.

3. Engajamento e Comunicação:

- Promover o engajamento entre as comunidades contábeis e financeiras;
- Apoiar o IIRC e grupos de trabalho do A4S.

4. Relatório Integrado:

- Estabelecer o Comitê Internacional do Relatório Integrado (IIRC);
- Criar uma estrutura de relatório integrado internacionalmente aceita;
- Suporte.

4.7 Relatório Integrado⁵

Existem diversas organizações responsáveis pela criação de relatórios financeiros, de sustentabilidade e governança. Porém não existe uma organização única que tenha autoridade, legitimidade ou conhecimento para reunir os elementos para um relatório integrado.

O Relatório Integrado demonstra a ligação entre a estratégia, governança e performance financeira com o contexto social, ambiental e econômico no qual a organização atua. Ao reforçar essas ligações, o Relatório Integrado pode auxiliar a organização tomar decisões sustentáveis e permitir que os acionistas e demais *stakeholders* entendam o desempenho da organização.

Segundo Eccles e Krzus (2011), o relatório único⁶ deve integrar as informações chaves financeiras e não financeiras de uma instituição. Os autores consideram ainda que o relatório único possui dois significados: o primeiro, mais restrito, é o de um só documento, e o segundo, mais amplo, é de apresentar os dados financeiros e não financeiros de tal modo a mostrar o impacto de uns sobre os outros.

O Comitê Internacional do Relatório Integrado (*International Integrated Reporting Comitee - IIRC*) é um poderoso grupo internacional de líderes dos setores empresarial, investimentos, contábil, valores mobiliários, regulatório, seguros, acadêmico, bem como da sociedade civil. É presidido por Sir Michael Peat, principal secretário particular do Príncipe de Gales e da Duquesa de Cornualha, e o professor Mervyn King, presidente do GRI, como vice-presidente.

O relatório integrado deve ser o principal relatório da organização, preferencialmente o relatório anual ou equivalente. O ponto principal do relatório integrado é ajudar a organização a criar e manter valor a curto, médio e longo prazo. Cada elemento do relatório possibilita *insights* dentro da organização sobre o desempenho atual e futuro.

⁵ As informações sobre o Relatório Integrado foram obtidas segundo IIRC (2011).

⁶ "(...) relatório que combine os dados e informações financeiros encontrados no relatório anual da empresa com os dados e informações não financeiros (como os relativos a questões ambientais, sociais e de governança)..." (ECCLES; KRZUS, 2011, p. 28).

Eccles e Krzus (2011) destacam duas razões para adotar um único relatório: a primeira é que se trata de um elemento-chave quando a sustentabilidade é levada a sério, e a segunda é que a simplificação na utilização de um relatório único para todos *stakeholders* aprimora a divulgação de informações e a transparência.

A missão do IIRC é criar um relatório integrado globalmente aceito que reúna informações financeiras, ambientais, sociais e de governança em um formato claro, conciso, consistente e comparável. O objetivo é auxiliar no desenvolvimento de informações mais completas e compreensíveis sobre as organizações, prospectivo e retrospectivo para atender às necessidades de uma economia global e sustentável.

Tem como foco:

- chegar a um consenso entre governo, autoridades, empresário, investidores, auditores sobre a melhor maneira de elaborar um relatório integrado;
- identificar as áreas prioritárias e desenvolver planos de desenvolvimento;
- desenvolver uma estrutura de relatório abrangente com o escopo e principais componentes de um relatório integrado;
- avaliar se o padrão de relatório deve ser voluntário ou mandatário;
- promover a adoção do relatório integrado pelos reguladores elaboradores de relatórios.

O IIRC lançou no início de outubro de 2011 o *Integrated Reporting Pilot Programme* (Programa Piloto de Relatório Integrado). Este programa piloto oferece a um seleto grupo de organizações a oportunidade de demonstrar a liderança global neste campo emergente de relatórios corporativos e será executado por um período de dois anos (conclusão prevista para outubro de 2013). Em março de 2012, participavam do piloto 65 organizações e uma rede de 20 investidores institucionais.

O programa é composto de três fases:

- *Dry run* - fase inicial que pede às empresas que façam um passo a passo do Quadro IIRC e identifiquem as oportunidades e desafios de implementação, informando os na conferência inicial em outubro de 2011 e no documento de discussão;

- Ciclo 1 - a primeira rodada do piloto, baseada no documento de discussão e draft do quadro do relatório integrado para a comunicação terminando entre outubro de 2011 e Setembro de 2012. Nesta fase, há o engajamento das organizações com o IIRC e outros membros e por meio de reuniões individuais, redes regionais e setoriais, conferências e de um website dedicado à comunidade do programa. Essa interação possibilita a discussão e o desenvolvimento de material técnico, bem como de testar a sua aplicação, aprendizagem social e experiências.
- Ciclo 2 - a segunda rodada do piloto, a ser construída com base nas experiências do primeiro ano.

5 O ITAÚ UNIBANCO⁷

O objetivo desta seção é caracterizar a instituição foco da pesquisa bem como identificar os reconhecimentos, práticas e compromissos adotados em relação à sustentabilidade.

5.1 Origem

Em 03 de novembro de 2008, surgiu o Itaú Unibanco, provido da associação entre o Itaú e o Unibanco e, em 18 de fevereiro de 2009, ocorreu a aprovação pelo Banco Central do Brasil.

O Unibanco teve sua origem em 1924 no sul de Minas Gerais e o Itaú em 1945 na capital paulista. As duas instituições foram marcadas por inúmeras fusões e aquisições.

A associação das duas instituições financeiras possibilitou ao Itaú Unibanco se tornar o maior banco privado do Hemisfério Sul e um dos 20 maiores do mundo em valor de mercado.

A visão do Itaú Unibanco é “Ser o banco líder em performance sustentável e em satisfação de clientes” (ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.; 2010a, p. 11).

Segundo o relatório anual de sustentabilidade 2008, o Itaú Unibanco foi criado com a visão de se tornar líder do sistema financeiro no hemisfério sul, ocupando, em dezembro de 2008, a 12ª posição no ranking mundial em valor de mercado e a primeira posição na América Latina, de acordo com a Bloomberg. Segundo o relatório anual de sustentabilidade de 2010, no final de dezembro de 2010, o Itaú Unibanco ocupava a 10ª posição.

O relatório anual de sustentabilidade 2010 demonstra o histórico dos principais indicadores durante os anos de 2008 a 2010, onde se pode observar de maneira geral um crescimento ao longo do triênio, com algumas quedas no ano de 2009⁸, conforme descrito na tabela 2:

⁷ As informações sobre o Itaú Unibanco foram obtidas segundo Itaú Unibanco Banco Múltiplo S. A. (2009a), Relatório Anual de Sustentabilidade 2008; algumas informações complementares foram obtidas segundo Itaú Unibanco Holding S. A. (2010a) e Itaú Unibanco Holding S. A. (2011a), Relatórios Anuais de Sustentabilidade de 2009 e 2010 respectivamente.

⁸ Não foi possível identificar a justificativa para tais quedas nesta dissertação.

Tabela 2: Principais Indicadores Itaú Unibanco

(R\$ bilhões)	2008	2009	2010
Ativos Totais	638,1	608,3	755,1
Patrimônio Líquido	43,7	50,7	60,9
Lucro Líquido	10,0	10,1	13,3
Operações de Crédito	271,9	278,4	335,5
Depósitos de Clientes	206,2	190,8	202,7

Fonte: adaptado de Itaú Unibanco Holding S.A. (2011a, p.22)

Segundo Interbrand (2008), em 2008 a marca Itaú foi avaliada em R\$ 10,552 bilhões, a mais valiosa da América Latina, enquanto que o Unibanco ficou com a nona marca mais valiosa, avaliada em R\$ 4,771 bilhões. Ainda segundo Interbrand (2010), em 2010 a marca Itaú Unibanco estava avaliada em R\$ 20,651 bilhões, a mais valiosa do Brasil.

O Itaú Unibanco atua em mercados internacionais como Europa, Estados Unidos, Ásia, América Latina e Caribe. No Brasil, está presente em mais de 1100 municípios. Suas prioridades são:

- Consolidar liderança no mercado brasileiro;
- Integrar operações de Itaú e Unibanco, buscando sinergias e ganhos de escala;
- Expandir-se internacionalmente, com ênfase no mercado da América Latina.

5.2 A Sustentabilidade no Itaú Unibanco

Segundo o Relatório Anual de Sustentabilidade do Itaú Unibanco 2008, “sustentabilidade é a manutenção dos negócios no curto, médio e longo prazos, para uma entrega perene de valor às partes interessadas”.

No final de 2008 foi publicada a Política de Sustentabilidade do Itaú Unibanco (Anexo D), tendo por objetivos:

- Ratificar o compromisso com a busca pelo desenvolvimento sustentável;

- Evidenciar as diretrizes que permeiam a estratégia e a gestão junto a todas as partes interessadas;
- Promover inovações, revisões e adequações nos negócios com base nos conceitos de sustentabilidade.

Suas premissas são:

- conscientização e engajamento de todos os colaboradores com a sustentabilidade;
- comprometimento da liderança com a evolução do tema na organização;
- cultura organizacional alinhada aos valores e princípios do Itaú Unibanco;
- aprimoramento contínuo das práticas de governança corporativa;
- postura ética e transparente;
- cumprimento das leis e regulamentos.

Segundo IFC (2011), em junho de 2011 o Itaú Unibanco foi reconhecido como o banco mais sustentável do mundo, sendo vencedor do FT/IFC *Sustainable Finance Awards*, principal prêmio global para a Responsabilidade social e ambiental do setor bancário e de investimentos. A edição de 2011 obteve um recorde de 187 inscrições de 161 instituições em 61 países.

Segundo Ideia Sustentável (2011) este é um dos reconhecimentos mundiais mais relevantes na área da sustentabilidade e há cinco anos elege as instituições financeiras focadas no desenvolvimento sustentável. Em 2009 e 2010, o Itaú recebeu o prêmio na categoria Banco Mais Sustentável da América Latina e de Mercados Emergentes.

5.3 Compromissos e práticas adotadas

A instituição utiliza instrumentos de monitoramento e prestação de contas tais como o Pacto Global, os Princípios do Equador, as diretrizes da *Global Reporting Initiative (GRI)* e as normas AA1000 e SA8000.

São seguidos os códigos de ética do setor financeiro, as tendências do *Dow Jones Sustainability Index (DJSI)* e do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa).

Abaixo são descritos os principais compromissos assumidos pelo Itaú Unibanco:

- Princípios do Equador – o Itaú e o Unibanco são signatários dos Princípios do Equador desde 2004;
- Pacto Global – adesão ao compromisso de adotar os dez princípios nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, proteção ao meio ambiente e combate à corrupção;
- *Carbon Disclosure Project (CDP)* – patrocinador da expansão para a América Latina da iniciativa global com o objetivo de reportar a investidores os inventários de emissão de gases de efeito estufa de grandes corporações, bem como os riscos e oportunidades causados pelas mudanças climáticas;
- *Greenhouse Gas Protocol (GHG Protocol)* – membro fundador da iniciativa no Brasil do padrão internacional para gerenciar as emissões de gases de efeito estufa (GEE);
- Fórum Latino-Americano sobre Finanças Sustentáveis (LASFF) – Itaú e Unibanco participam das atividades do fórum, que tem como objetivo fomentar as finanças sustentáveis na América Latina;
- UNEP – *Finance Initiative* – signatário da parceria global entre o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o setor financeiro que tem o intuito de auxiliar a disseminação de seu conteúdo e das práticas de finanças sustentáveis para outras instituições financeiras;
- *Institute of Social and Ethical Accountability* – filiação ao instituto inglês da rede global de empresas comprometidas com a sustentabilidade;
- Todos pela Educação – a Fundação Itaú Social faz parte do Conselho de Governança e é uma das mantenedoras do movimento que tem o objetivo de garantir a educação básica de qualidade para todos os brasileiros até 2022;
- Pacto Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo – O Itaú é signatário do pacto desde 2008;
- Grupo Referencial de Empresas em Sustentabilidade (GRES) – faz parte do grupo que busca estruturar um programa de cooperação para compartilhar conhecimentos e aprendizagem relacionados ao gerenciamento de metas e processos de gestão sustentável;
- Centro de Referência em Sustentabilidade – integra o Centro de Referência em Sustentabilidade da Fundação Dom Cabral que promove estudos e debates sobre desenvolvimento sustentável;

- Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil – a Fundação Itaú Social integra uma estratégia não governamental de articulação, mobilização e sensibilização da sociedade brasileira para a prevenção e a erradicação da exploração do trabalho realizado por crianças e adolescentes;
- Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) – Itaú e Unibanco participam da Câmara Técnica de Finanças Sustentáveis (CTFIN) do CEBDS cuja missão é contribuir para que as instituições financeiras assumam um papel ativo na promoção dos princípios do desenvolvimento sustentável;
- Rede Social São Paulo – a Fundação Itaú Social integra o Comitê Gestor da rede social que tem como primeiro desafio aprofundar a atuação no fortalecimento das redes de proteção à infância e juventude;
- Fórum Amazônia Sustentável – adesão ao fórum, um espaço de diálogo entre empresas, governos e organizações da sociedade civil para criar alternativas de desenvolvimento sustentável para a Amazônia.

5.4 Compromissos e práticas em relação ao meio ambiente

Os principais impactos ambientais diretamente relacionados pelas instituições financeiras estão relacionados ao consumo de recursos naturais, como água, energia elétrica e insumos.

Desde 2007, o Itaú possui um grupo de trabalho em ecoeficiência que procura identificar ações as quais possam tornar mais eficiente o uso dos recursos naturais. É formado por representantes de diversas áreas do banco que analisam práticas do mercado e ideias internas dos colaboradores.

Em 2008, o Unibanco criou uma gerência de ecoeficiência responsável por implantar e monitorar programas de eficiência de recursos como água, energia, insumos e emissões de gases do efeito estufa (GEE).

Em 2008, foram investidos aproximadamente, R\$ 18,9 milhões em ações de proteção ambiental (soma das duas instituições), R\$ 1 milhão em 2009 e R\$ 4,5 milhões em 2010, conforme consta na tabela 3.

Tabela 3: Investimentos Ambientais Itaú Unibanco

Investimentos ambientais (em R\$)	2008	2009	2010
Espaço Vida	191.151,50	-	-
Gerência de Ecoeficiência	138.000,00	-	-
Inventário de GEE	91.000,00	113.578,95	47.500,00
Termoelétrica Bandeirantes ⁹	16.000.000,00	-	-
Distribuição e tratamento de resíduos de prédios e agências	1.804.607,23	1.950,30	1.516.945,88
Manutenção e segurança do parque Lina e Paulo Raia ¹⁰	428.810,35	-	-
Implementação de coleta seletiva nos prédios administrativos	245.000,00	-	-
Tratamento de Emissões de Gases - Pólo Tatuapé	-	86.078,74	1.379.373,71
Coletiva Seletiva	-	760.800,00	-
Salas de telepresença (tecnologia limpa, evita deslocamentos)	-	-	1.130.700,00
Certificação ISO 14001 - Pólo Tatuapé	-	-	365.688,66
Total Itaú Unibanco	18.898.569,08	962.407,99	4.440.208,25

Fonte: adaptado de Itaú Unibanco Banco Múltiplo S. A. (2009a, p.127), Itaú Unibanco Holding S. A. (2010a, p.107) e Itaú Unibanco Holding S. A. (2011a, p.126)

Constata-se, com base na tabela 3, uma queda expressiva dos investimentos ambientais entre os anos de 2008 e 2010, porém, se excluídos os investimentos na Usina Termoelétrica Bandeirantes (não identificados nos anos de 2009 e 2010), os investimentos em 2008 seriam de aproximadamente R\$ 3,0 milhões. Com isto pode-se verificar uma queda de 67% em 2009, seguida de um crescimento de 361% em 2010, ambos em relação com o ano anterior.

O Itaú Unibanco emite GEE diretamente por meio do transporte de pessoas, materiais, fuga de gases refrigerantes dos aparelhos de ar-condicionado e geração

⁹ A usina resulta de um projeto desenvolvido pelo então Unibanco. Sua energia é gerada a partir da queima do metano produzido por meio da decomposição do lixo depositado no aterro. Vide Anexo E.

¹⁰ Parque municipal localizado na rua Volkswagen, em frente do Itaú Unibanco Centro Empresarial.

de energia elétrica quando há necessidade da utilização de geradores próprios. Como emissões indiretas, o principal meio de emissão é proveniente da frota de carros blindados terceirizados, que realizam o transporte de numerários entre as agências e caixas eletrônicos. A tabela 4 demonstra a emissão de GEE em 2008, 2009 e 2010.

Tabela 4: Emissão estimada (t CO₂) de gases de efeito estufa Itaú Unibanco

		2008	2009	2010
Itaú + Unibanco Escopo I	Frota aérea própria / alugada	-	866,78	824,20
	Frota terrestre própria / alugada	1.653,12	959,57	228,80
	Geradores	4.192,03	2.258,30	1.859,10
	Fugas gasosas HFCs e HCFCs	-	606,84	211,90
	Combustão estacionária GLP	-	63,20	45,70
	Combustão estacionária gás natural	-	168,17	479,20
	Total	5.845,15	4.922,86	3.648,90
	ENERGIA ELÉTRICA			
Itaú + Unibanco Escopo II		2008	2009	2010
	Prédios administrativos e pontos de vendas	25.963,30	14.223,00	30.546,70
Itaú + Unibanco Escopo III		2008	2009	2010
	Transporte coletivo de funcionários	873,50	2.736,17	1.030,40
	Garantec	-	1.286,18	227,60
	Transporte de malotes	-	9.324,77	158,80
	Transporte de valores	25.344,77	18.556,20	4.382,60
	Transporte de cargas	9.801,94	9.147,93	12.826,10
	Táxi	2.301,80	855,16	2.164,10
	Reembolso de quilometragem	43.310,65	830,12	25.753,60
	Ticket / reembolso combustível	-	15.423,89	contido no
	Viagens aéreas	15.920,40	13.111,40	20.319,70
	Locação de veículos	-	83,69	-
Outros			2.353,90	
Total	97.553,06	71.355,51	69.216,80	

Fonte: adaptado de Itaú Unibanco Banco Múltiplo S. A. (2009a, p.128), Itaú Unibanco Holding S. A. (2010a, p.105) e Itaú Unibanco Holding S. A. (2011a, p.123)

Ao comparar o valor total de emissão estimada de CO₂, verifica-se 129.361,51t em 2008, 90.501,37 em 2009 e 103.412,4 em 2010, ou seja, uma queda de 43% em 2009, seguida de um crescimento de 14% em 2010. Abaixo são identificadas as medidas de mitigação das emissões de GEE:

- Ações de otimização de logística do transporte de numerário e distribuição de materiais evitando-se as viagens desnecessárias;

- Utilização de videoconferências e treinamentos à distância reduzindo o transporte de colaboradores;
- Adoção da Instrução Normativa do IBAMA, para recolhimentos dos gases refrigerantes contaminados nos prédios administrativos do Itaú;
- Incentivo ao uso do transporte fretado de seus colaboradores pelo Unibanco sendo que todos os gastos são reembolsados aos colaboradores;
- Tratamento dos efluentes domésticos pela estação de tratamento de esgoto localizado no Centro Administrativo Unibanco. Em 2008 o Unibanco deixou de emitir 128,8 toneladas de CO₂.
- Em 2010, o banco passou a contar com sete prédios administrativos abastecidos com a energia limpa gerada na Usina Termoelétrica Bandeirantes.

O principal material utilizado pelo Itaú Unibanco é o papel, para confecção de cheques e para o uso administrativo. Porém, observa-se também um volume grande de mobiliário e plástico para a confecção de cartões (crédito e débito) conforme demonstrado na tabela 5.

Tabela 5: Consumo de materiais (em toneladas) Itaú Unibanco

	2008	2009	2010
Papel	4.791,5	2.794.113,0	48.428,0
Cartão	343,8	166,0	-
Móveis de madeira certificada	1.040,8	-	-
Papel Reciclado	14%	-	-

Fonte: adaptado de Itaú Unibanco Banco Múltiplo S. A. (2009a, p.130), Itaú Unibanco Holding S. A. (2010a, versão eletrônica) e Itaú Unibanco Holding S. A. (2011a, p.120)

Observa-se uma discrepância significativa entre o período analisado, talvez resultado da falta de padronização das informações constantes nos relatórios, uma vez que cada relatório apresentou a informação de uma forma diferente.

A tabela 6 demonstra a destinação dos resíduos sólidos do Itaú Unibanco.

Tabela 6: Destinação de resíduos (em toneladas) Itaú Unibanco

Resíduos	2008	2009	2010	Recicla
Papel / Papelão	2.461,3	3.000,0	3.650,0	Sim
Plástico	109,4	157,0	138,9	Sim
Vidro	2,6	5,9	8,6	Sim
Metal	18,1	988,3	305,3	Sim
Lixo orgânico (aterro)	1.828,8	1.348,5	2.045,0	Não
Lixo orgânico (compostagem)	33,7	223,7	216,2	Sim
Lâmpadas (toneladas)	3,2	7,7	12,0	Sim
Pilhas e Baterias	1,3	4,6	2,76	Sim
Cartuchos (unidades)	15.174,0	-	-	Sim
Lixo eletrônico	147,5	118,0	3.805,0	Sim

Fonte: adaptado de Itaú Unibanco Banco Múltiplo S. A. (2009a, p.131), Itaú Unibanco Holding S. A. (2010a, p.106) e Itaú Unibanco Holding S. A. (2011a, p.120)

Ao excluir o número de cartuchos descartados em 2008, não monitorados nos anos de 2009 e 2010, e considerar o total de resíduos, verifica-se 4.605,90t em 2008, 5.853,70t em 2009 e 10.183,76t em 2010, ou seja, um crescimento de 27% em 2009 e 74% em 2010. Segundo o relatório anual de sustentabilidade de 2010, o lixo eletrônico aumentou consideravelmente de 2009 para 2010 por dois motivos:

- ampliação do processo de descarte dos polos administrativos, da rede de agências e do estoque; e
- tombamento de agências (Unibanco para Itaú).

Ao excluir o aumento do lixo eletrônico em 2010, o crescimento seria de 8% em relação a 2009.

Referente ao consumo energético, é feito monitoramento bem como a implementação de medidas que visam reduzir o consumo de eletricidade e combustíveis.

Algumas iniciativas adotadas pelo banco visando redução de energia foram:

- adoção de equipamentos mais eficientes do ponto de vista energético, como ar-condicionado e computadores (monitor e CPU);
- alteração do padrão de lâmpadas de 40W para 32W nas agências bem como a utilização de reator eletrônico que possibilita uma economia de 20%;

- substituição/modernização de elevadores em alguns polos administrativos tornando-os mais eficientes;
- substituição de equipamentos industriais utilizados para a produção de alimentos por modelos mais eficientes sendo alguns deles movidos a gás.

O consumo de energia elétrica pelo Itaú Unibanco foi de 536.182 MWh em 2008¹¹, sendo 191.561 utilizados pelos polos administrativos e o restante pelos pontos de venda. Já o consumo de combustíveis equivale a 80.039,7 GJ. Para chegar a este valor foi utilizado o seguinte fator de conversão:

1l = 0,2641 Gal.

1 galão = 0,138 GJ (diesel) ou 0,125 GJ (gasolina).

O Unibanco administra a Usina Termoelétrica Bandeirantes (UTeB) instalada no Aterro Sanitário Bandeirantes que gera eletricidade a partir da combustão do gás metano. A UTeB possui capacidade de geração de 20MW, suficiente para abastecer uma cidade de 400 mil habitantes por 10 anos¹². Parte dessa energia é utilizada para alguns prédios administrativos do Unibanco. Em 2008 foram emitidos créditos em volume superior a 590 mil toneladas de CO₂. Destas, foram certificadas mais de 470 mil toneladas de CO₂.

Por meio de acordo entre o Unibanco, a Prefeitura do Município de São Paulo e a Biogás, metade do volume dos créditos vai para a prefeitura que, por intermédio da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, investe no Fundo Municipal de Meio Ambiente. O restante é dividido entre o Unibanco e a Biogás, sendo que o primeiro tem direito a receber 7,5% dos créditos de carbono gerado pela UTeB.

Até 2015, estima-se a redução de 7,3 milhões de toneladas de CO₂. Além disso, a renda arrecadada pela prefeitura é utilizada para projetos de melhoria da qualidade de vida da comunidade vizinha à usina.

¹¹ Os dados referentes à 2009 e 2010 podem ser verificados na tabela 9: Indicadores identificados

¹² Vide Anexo E

O Itaú investe no chamado TI Verde que visa economia de energia por meio da substituição de máquinas (computadores e servidores) por outros de maior porte e mais eficientes. Ocorre também o descarte de material tecnológico ao fim de sua vida útil, de acordo com políticas ambientais como, por exemplo, baterias de *nobreaks*.

Em relação ao consumo de água são realizados investimentos em tecnologias e sistemas de infraestrutura mais econômicos, reuso de água e utilização de água pluvial. Em 2008, o percentual de água de reuso foi de 2,1%, equivalente a 51.236 m³. Ao todo foram utilizados 1.983.336 m³ de água sendo 368.842 m³ de poços artesianos e o restante da rede pública de abastecimento. O descarte da água é exclusivamente de esgoto doméstico e água recolhida da chuva.

6 RESULTADOS

O objetivo desta seção é descrever e aplicar o modelo simplificado para mensuração da sustentabilidade na instituição foco da pesquisa, a partir das informações obtidas no tópico anterior, sistematizar, analisar e comparar os resultados obtidos.

Para seleção dos 50 indicadores aqui cotejados identificaram-se aqueles mais relevantes à aplicação em instituições financeiras, uma vez que o modelo original foi elaborado com base em oito iniciativas para mensuração da sustentabilidade e nem sempre os indicadores são passíveis de aplicação em instituições financeiras. Procurou-se selecionar aqueles possíveis de serem relacionados à atividade financeira e que podem (e poderiam) ser divulgados em seus relatórios de sustentabilidade. Ressalta-se que nesta etapa não foi verificado se tais indicadores estão presentes nos relatórios de sustentabilidade do objeto de estudo.

Conforme descrito no item 4.5, foram selecionados 11 indicadores pertencentes à dimensão ambiental, 8 à dimensão econômica e 31 à dimensão social. O percentual de cada dimensão em relação ao modelo original foi mantido. Nos tópicos abaixo, seguem as descrições dos indicadores e seu detalhamento se dará mais adiante nas tabelas 8 e 9:

Dimensão Ambiental:

- Eficiência do uso de materiais;
- Proporção do consumo de matérias-primas recicladas;
- % dos produtos recicláveis;
- Definição específica de indicadores que mensurem a sua eficácia e efetividade de acordo com as práticas de cada empresa;
- % do habitat preservado ou restaurado;
- Matriz energética;
- Eficiência energética;
- Monitoramento da cadeia de custódia;
- Impacto nos mananciais;
- Emissões de gases estufa;

- Emissões de gases que afetam a camada de ozônio.

Dimensão Econômica:

- Estudo regular da percepção do investidor e *feedback* dos resultados;
- Média de capital investido;
- Taxa de retorno;
- Gastos com pesquisa e desenvolvimento;
- Vendas Líquidas;
- Custos;
- Lucro antes dos impostos;
- Estrutura organizacional para gerenciamento de crises.

Dimensão Social:

- Inspeções em relação a práticas de responsabilidade social e sustentabilidade;
- Treinamentos, cursos, palestras ou reuniões sobre práticas de responsabilidade social e sustentabilidade;
- Taxa de retenção;
- Participação de mercado;
- Clientes satisfeitos;
- % de reclamações atendidas pelo SAC;
- Inovações implantadas em razão da interferência do ouvidor e/ou do serviço de atendimento a consumidores / clientes;
- Contribuições a campanhas político-partidárias;
- Cobertura dos códigos de conduta e anticorrupção e suborno;
- Encontro com *stakeholders*;
- Cumprimento da lei;
- % lucro líquido investido em ações sociais;
- Investimento em projeto social próprio;
- Investimento em infraestrutura;
- Resultados das ações sociais;

- Salários e benefícios pagos;
- Média salarial em relação ao mercado;
- Bonificações por resultados - tipos;
- Taxa de retenção de funcionários;
- % de satisfação dos funcionários;
- Total de empregos;
- Razão empregos indiretos e diretos;
- Empregos gerados;
- Acidentes - geral;
- Gastos com prevenção;
- Média de horas de treinamento por funcionário;
- Representatividade do investimento em treinamento em relação ao total de salários e benefícios;
- Média de horas de desenvolvimento por funcionário;
- Proporção do faturamento investido em desenvolvimento de funcionários;
- Relação entre o investimento em educação e o investimento em treinamento;
- Endosso a acordos internacionais.

Efetuada a seleção dos indicadores, iniciou-se a etapa de aplicação do modelo proposto.

6.2 A aplicação do modelo proposto¹³

Para aplicação do modelo proposto utilizou-se como base os Relatórios de Sustentabilidade dos anos de 2008 a 2010 em meio físico (publicação impressa) e em meio eletrônico, disponível no site do Itaú Unibanco.

Dos 50 indicadores selecionados para avaliar a sustentabilidade no Itaú Unibanco foram identificados 31 para o ano base 2008, 26 para 2009, e 28 para 2010, conforme quantificados na tabela 7 e descritos no item 6.2.2.

¹³ Os resultados dos indicadores foram obtidos segundo Itaú Unibanco Banco Múltiplo S. A. (2009a), Itaú Unibanco Holding S.A. (2010a) e Itaú Unibanco Holding S.A. (2011a), Relatórios Anuais de Sustentabilidade de 2008, 2009 e 2010, em meio físico e eletrônico.

Tabela 7: Quantidade de indicadores identificados

Dimensão	Modelo Proposto	2008	2009	2010
Ambiental	11	08	07	08
Econômica	08	05	05	05
Social	31	18	14	15
Total	50	31	26	28

Fonte: o autor

6.2.1 Indicadores não identificados

Na tabela 8 são descritos os indicadores não identificados (tema, subtema, indicador e ano de referência) bem como a justificativa da não identificação.

Tabela 8: Indicadores não identificados

Tema	Subtema	Indicador	Justificativa	Ano
Dimensão Ambiental				
Materiais	Consumo de Materiais	Proporção do consumo de matérias-primas recicladas	Não identificada a quantidade de matéria-prima reciclada. Somente informado que há reciclagem.	2009 e 2010
Produtos e serviços	Reciclabilidade dos produtos	% dos produtos recicláveis	A instituição não possui produtos físicos	2008, 2009 e 2010
Biodiversidade	Impactos nas áreas protegidas	% do habitat preservado ou restaurado	Não foi identificado se a instituição possui áreas preservadas ou restauradas	2008 e 2009
Terra	Uso da terra	Monitoramento da cadeia de custódia	Não foram identificados indicadores relacionados à cadeia de custódia	2008, 2009 e 2010
Dimensão Econômica				
Investimentos	Capital Investido	Gastos com P&D	Não identificados gastos relacionados à Pesquisa e Desenvolvimento	2008, 2009 e 2010
Lucro	Lucro e valor	Vendas líquidas	Somente identificado o lucro líquido, porém não é possível verificar se equivale à fórmula do indicador (R\$ vendas brutas - R\$ impostos sobre vendas)	2008, 2009 e 2010
		Lucro antes dos impostos	A não identificação do indicador vendas líquidas impossibilita o cálculo deste indicador (R\$ lucro líquido antes dos impostos / R\$ vendas líquidas)	2008, 2009 e 2010
Dimensão Social				
Fornecedores e parceiros	Critérios de seleção e avaliação de fornecedores	Inspeções em relação a práticas de responsabilidade social e sustentabilidade	São realizadas visitas de inspeção aos fornecedores, porém não é especificada a quantidade de visitas	2008, 2009 e 2010
		Treinamentos, cursos, palestras ou reuniões sobre práticas de responsabilidade social e sustentabilidade	Os vigilantes recebem treinamento voltado aos direitos humanos, porém não é especificada a quantidade de treinamentos	2008, 2009 e 2010

Continua...

Continuação...

Tema	Subtema	Indicador	Justificativa	Ano
Dimensão Social				
Gerenciamento do relacionamento com o consumidor	Satisfação do consumidor	Taxa de retenção	Não foram identificados indicadores relacionados à retenção de clientes	2008, 2009 e 2010
		Participação de mercado	É divulgada a participação de mercado somente em alguns segmentos (diferentes entre 2008 e 2009), o que impossibilita a comparação	2008, 2009 e 2010
		Clientes satisfeitos	Realizadas pesquisas de satisfação, porém nos relatórios não foram divulgados indicadores	2008, 2009 e 2010
		% de reclamações atendidas pelo SAC	Não são detalhados os números de ligações e reclamações do SAC	2008, 2009 e 2010
Cidadania corporativa	Códigos de conduta, corrupção e suborno	Cobertura dos códigos de conduta e anticorrupção e suborno	A instituição possui os códigos, todas as unidades estão sujeitas a tais códigos, porém nos relatórios não foram divulgados indicadores	2008, 2009 e 2010
	Investimentos em ações sociais	Investimento em projeto social próprio	Não foram identificados indicadores relacionados a projetos sociais próprios	2008, 2009 e 2010
		Investimento em infraestrutura	Não foram identificados indicadores referentes à infraestrutura secundária ao negócio. O Quadro Ibase constante no relatório do ano de 2008 (que continha tal indicador) não foi publicado no ano de 2009	2009
Práticas trabalhistas	Atração e retenção de talentos	Salários e benefícios pagos	Não foram identificados indicadores referentes ao total de salários e benefícios pagos no período. O Quadro Ibase constante no relatório do de 2008 (que continha tal indicador) não foi publicado no ano de 2009	2009
		Bonificações por resultados – tipos	Não foram identificados indicadores referentes ao número de ações em poder dos funcionários	2008, 2009 e 2010

Continua...

Continuação...

Tema	Subtema	Indicador	Justificativa	Ano
Dimensão Social				
Práticas trabalhistas	Geração de empregos	Razão empregos indiretos e diretos	Somente identificado o número de colaboradores, nos relatórios não foram identificados indicadores referentes ao número de empregos diretos e indiretos, o que impossibilita o cálculo da fórmula (Número de empregos diretos, indiretos / Total de empregos diretos no período)	2008, 2009 e 2010
		Empregos gerados	Não foram identificados indicadores referentes ao número de colaboradores admitidos. O Quadro I base constante no relatório do ano de 2008 (que continha tal indicador) não foi publicado no ano de 2009, o que impossibilita o cálculo da fórmula (Número de funcionários admitidos no período - Número de funcionários demitidos ou pediram demissão)	2009
	Saúde e segurança	Acidentes - geral	Não divulgado o número de lesões, somente a taxa de lesões.	2010
		Gastos com prevenção	São descritas ações realizadas, porém os gastos não são quantificados	2008, 2009 e 2010
	Educação, treinamento e desenvolvimento de funcionários	Média de horas de treinamento por funcionário	Somente informado o percentual dos gastos com pessoal que equivalem a programas de treinamento.	2010
		Representatividade do investimento em treinamento em relação ao total de salários e benefícios	Para 2009 não há identificação do indicador salários e benefícios pagos. Para 2010 não há a identificação do valor investido em treinamentos. Em ambos os anos isso impossibilita o cálculo da fórmula $[(R\$ \text{ investidos nos treinamentos específicos} / R\$ \text{ salários e benefícios pagos}) \times 100]$.	2009 e 2010
		Proporção do faturamento investido em desenvolvimento de funcionários	Não são diferenciados Educação e Treinamento. Para 2008 e 2009 é divulgado o item "Investimentos em programas de formação, capacitação e desenvolvimento de seus colaboradores", item este utilizado no indicador referente ao valor absoluto em treinamentos	2008, 2009 e 2010
		Relação entre o investimento em educação e o investimento em treinamento	Não são diferenciados Educação e Treinamento. Para 2008 e 2009 é divulgado o item "Investimentos em programas de formação, capacitação e desenvolvimento de seus colaboradores", item este utilizado no indicador referente ao valor absoluto em treinamentos	2008, 2009 e 2010

Fonte: o autor

6.2.2 Indicadores identificados

Na tabela 9 são descritos os indicadores identificados (tema, subtema e indicador), fórmula de cálculo e resultados com o ano de referência:

Tabela 9: Indicadores identificados

Tema	Subtema	Indicador	Fórmula	Resultados
Dimensão Ambiental				
Materiais	Consumo de materiais	Eficiência no uso de materiais	Total de matéria-prima utilizada	2008: 6.176,1 t – contempla papel (escritório e cheques), cartões e móveis de madeira certificada; 2009: 2.794.279 t – contempla papel (escritório, extratos e material promocional enviado a clientes), e cartões; 2010: 48.428 t – utilização de papel certificado
		Proporção do consumo de matérias-primas recicladas	Toneladas de matérias-primas recicladas / toneladas de todas as matérias-primas	2008: 31,33% de matéria-prima reciclada (1.935 t / 6.176,1 t)
Produtos e serviços	Iniciativas de minimização dos impactos ambientais	Mensuração de eficácia e efetividade de acordo com as práticas de cada empresa	Total de investimentos ambientais e/ou proteção ambiental	2008: R\$ 18.898.569,08 gastos em investimentos ambientais; 2009: R\$ 962.407,99 gastos em proteção ambiental; 2010: R\$ 4.440.208,25 gastos em proteção ambiental
Biodiversidade	Impactos nas áreas protegidas	% do habitat preservado ou restaurado	Total m ² de habitat preservado ou restaurado / Total m ² áreas da empresa	2010: 73.276 m ² , sendo 7.601 m ² de área construída (Clube de Campo Guarapiranga). Utilizado o total de habitat preservado

Continua...

Tema	Subtema	Indicador	Fórmula	Resultados
Dimensão Ambiental				
Energia	Consumo	Matriz energética	Total de energia utilizada e a quantidade de energia renovável utilizada	2008: 80.039,07 GJ (geradores, prédios, agências, Fininvest, Hipercard e frotas próprias), e 536.182 MWh (prédios administrativos e pontos de venda). Não divulgado a quantidade de energia renovável; 2009: 49.682,01 GJ (geradores, prédios, agências e carros para o transporte executivo), e 580.881 MWh (consumo total de energia elétrica), sendo 49.000 kWh provenientes de energia renovável. 2010: 61.980,70 GJ, e 597.783 MWh. Não divulgado a quantidade de energia renovável. Para a energia em GJ, fator de conversão: 1 l = 0,2641 Gal., 1 galão 0,138 GJ (diesel); 0,125 GJ (gasolina)
		Eficiência energética	Energia elétrica utilizada por colaborador	2008: 5,55 MWh; 2009: 5,72 MWh; 2010: 5,84 MWh
Água	Quantidade	Impacto nos mananciais	Total de água utilizada m ³	2008: 1.983.336 m ³ ; 2009: 1.585.066 m ³ ; 2010: 2.081.344 m ³
Ar	Emissões de gases estufa	Emissões de gases de efeito estufa	Peso total de emissões de gases de efeito estufa	2008: 129.361,51T CO ₂ ; 2009: 90.501,37T CO ₂ ; 2010: 103.412,4T CO ₂ As estimativas são utilizadas com base na metodologia <i>GHG Protocol</i>
	Emissões de gases que afetam a camada de ozônio	Emissões gases que afetam a camada de ozônio	Peso total de emissões de gases que afetam a camada de ozônio	2008: 373,725 Kg CFC11; 2009: 148,73 kg CFC11; 2010: 120,00 kg CFC11 Emissão estimada em kg CFC11 equivalente

Continuação...

Tema	Subtema	Indicador	Fórmula	Resultados
Dimensão Econômica				
Investidores	Governança corporativa	Estudo regular da percepção do investidor e feedback dos resultados	Indicador qualitativo, utilizado número de reuniões APIMEC	2008: 21 reuniões; 2009: 22 reuniões; 2010: 22 reuniões
Investimentos	Capital investido	Média de capital investido	R\$ investimentos totais no ano	2008: R\$ 202.587.588,08; (investimentos ambientais, em infraestrutura, sociais e culturais); 2009: R\$ 248.962.407,90 (investimentos ambientais, sociais e culturais); 2010: R\$ 245.440,208,25 (investimentos ambientais, sociais e culturais)
		Taxa de retorno	$[(R\$ \text{ lucro líquido recorrente} / R\$ \text{ capital social}) \times 100]$	2008: 36,55% (lucro líquido recorrente R\$ 10,6 bilhões / capital social R\$ 29 bilhões); 2009: 23,33% (lucro líquido recorrente R\$ 10,5 bilhões / capital social R\$ 45 bilhões); 2010: 28,88% (lucro líquido recorrente R\$ 13,0 bilhões / capital social R\$ 45 bilhões). Este indicador foi obtido de Itaú Unibanco Banco Múltiplo S. A. (2009b), Itaú Unibanco Holding S. A. (2010b) e Itaú Unibanco Holding S. A. (2011b)
Lucro	Lucro e valor	Custos	Despesas não recorrentes de juros	2008: R\$ 24.789 milhões; 2009: R\$ 25.806 milhões; 2010: R\$ 30.657 milhões. Indicador obtido de Itaú Unibanco Banco Múltiplo S. A. (2009b), Itaú Unibanco Holding S. A. (2010b) e Itaú Unibanco Holding S. A. (2011b)

Continua...

Continuação...

Dimensão Econômica				
Gerenciamento de crises	Estrutura organizacional para gerenciamento de crises	Estrutura organizacional para gerenciamento de crises	Indicador qualitativo, utilizado a quantidade de ações e projetos existentes	2008: ações segregadas nas duas instituições (Itaú e Unibanco), lançado em setembro o Programa Corporativo de Gestão de Crises; 2009: o Programa Corporativo de Gestão de Crises também foi implantado, no decorrer de 2009 nas unidades do Uruguai, Argentina, Chile, Paraguai, bem como Nova York, Lisboa e Luxemburgo. O modelo de gerenciamento de crises prevê três níveis de atuação – estratégico, tático e operacional; 2010: Expansão do programa para 6 novas unidades no exterior, ampliação para as redes sociais na internet, guia de orientação e conscientização na rede de varejo;
Dimensão Social				
Gerenciamento do relacionamento com o consumidor	Satisfação do consumidor	Inovações implantadas em razão da interferência do ouvidor e/ou do serviço de atendimento a consumidores / clientes	Número de inovações implantadas	2008: 6 inovações; 2009: 3 inovações; 2010: 4 inovações. Utilizou-se o número de inovações implantadas, porém não foi possível verificar se estão relacionadas à interferência do ouvidor ou do serviço de atendimento aos consumidores / clientes
Cidadania corporativa	Contribuições políticas	Contribuições a campanhas político-partidárias	Total monetário pago a campanhas político-partidárias	2008: R\$ 3.026.240,53; 2009: não houve eleições no ano em questão; 2010: R\$ 23.700.000,00 No relatório de 2008 não foi identificado indicador referente às contribuições partidárias. Porém, verificou-se o montante de contribuições segundo TSE (2010)

Continua...

Continuação...

Tema	Subtema	Indicador	Fórmula	Resultados
Dimensão Social				
Cidadania corporativa	Diálogo com a sociedade	Encontro com <i>stakeholders</i>	Número de encontros com os <i>stakeholders</i> externos relacionados às atividades da empresa	2008: 11 encontros; 2009: 13 encontros; 2010: 14 encontros
		Cumprimento da lei	Montante de multas pagas pela instituição	2008: R\$ 5.073.500,00; 2009: R\$ 179.909,19; 2010: R\$ 22.279.838,74
	Investimentos em ações sociais	% lucro líquido investido em ações sociais	Valor absoluto - investimento social e cultural	2008: R\$ 159 milhões; 2009: R\$ 248 milhões; 2010: R\$ 241 milhões
		Investimento em infraestrutura	Valor absoluto – contribuições para a sociedade	2008: R\$ 156.817.000,00; 2010: R\$ 240.897.000,00
		Resultados das ações sociais	Indicador qualitativo – apresentar os resultados das ações sociais da instituição	2008, 2009 e 2010: nos relatórios dos três anos são apresentados resultados das ações sociais
Práticas trabalhistas	Atração e retenção de talentos	Salários e benefícios pagos	R\$ total de salários e benefícios pagos no período	2008: R\$ 12.569.296.000,00; 2010: R\$ 18.824.645.000,00
		Média salarial em relação ao mercado	Cálculo [(R\$ menor salário pago pela empresa / salário mínimo vigente) x 100]	2008: 115% (menor salário R\$ 476,86, salário mínimo R\$ 415,00); 2009: 105% (menor salário R\$ 489,90, salário mínimo R\$ 465,00); 2010: 100% (menor salário R\$ 510,00, salário mínimo R\$ 510,00)

Continua...

Tema	Subtema	Indicador	Fórmula	Resultados
Dimensão Social				
Práticas trabalhistas	Atração e retenção de talentos	Taxa de retenção de funcionários	$\{[1 - (\text{Número de funcionários deixaram a empresa no período} / \text{Número total de funcionários do período})] \times 100\}$	2008: 93,67% (desligamentos 6.840, total funcionários 108.027); 2009: 93,95% (desligamentos / aposentadoria 6.140, total funcionários 101.640); 2010: 93,81% (desligamentos / aposentadoria / morte 6.686, total de funcionários 108.040)
		% de satisfação dos funcionários	Índice de absenteísmo	2008: 0,82 (total de faltas 103.153, dias trabalhados 12.535.638); 2009: 0,94 (total de faltas 128.075, dias trabalhados 13.639.975); 2010: 0,90 (taxa de absenteísmo)
	Geração de empregos	Total de empregos	Total de colaboradores	2008: 108.027; 2009: 101.640; 2010: 108.040
		Empregos gerados	Número de funcionários admitidos no período - Número de funcionários demitidos ou pediram demissão	2008: 18.059 (colaboradores admitidos 24.899 - desligamentos 6.840); 2010: 10.416 (colaboradores admitidos 17.102 - desligamentos 6.686)
	Saúde e segurança	Acidentes - geral	$[(\text{número de lesões} / \text{número de funcionários}) \times 100]$	2008: 0,74% (número total de lesões 801, Número de funcionários 108.027); 2009: 1,04% (número total de lesões 1.052, número de funcionários 101.640)

Continuação...

Dimensão Social				
Práticas trabalhistas	Educação, treinamento e desenvolvimento de funcionários	Média de horas de treinamento por funcionário	Valor absoluto - investimentos em programas de formação, capacitação e desenvolvimento de seus colaboradores	2008: R\$ 130 milhões; 2009: R\$ 117 milhões
		Representatividade do investimento em treinamento em relação ao total de salários e benefícios	Cálculo [(R\$ investidos nos treinamentos / R\$ salários e benefícios pagos) x 100]	2008: 1% (R\$ 130 milhões – investimentos, R\$ 12.569.296.000,00 – salários e benefícios)
	Direitos humanos	Média de horas de desenvolvimento por funcionário	Média de horas por colaborador x categoria funcional	2008: Diretoria 9,33, Gerência 20,97, Administrativo 21,37, Produção 15,62; 2009: Diretoria 4,70, Gerência 24,76, Administrativo 23,02, Produção 15,45; 2010: Diretoria 4,80, Gerência 23,81, Administrativo 23,47, Produção 15,57
		Endosso a acordos internacionais	Quantidade de endossos a acordos relacionados aos direitos humanos	2008: 2 acordos; 2009: 2 acordos; 2010: 2 acordos

Fonte: o autor

Na comparação entre os três anos, observa-se que os indicadores econômicos são os principais para as instituições financeiras. Os 5 deles encontrados nos relatórios foram os mesmos para os três anos pesquisados e todos os indicadores foram passíveis de comparação.

Já os indicadores ambientais tiveram uma pequena variação quantitativa entre os três anos. Foram identificados 8 em 2008 e 2010 e 7 em 2009. 7 deles estavam presentes nos três anos, destes, um não foi passível de comparação: eficiência - uso de materiais. Um indicador quantificado no relatório de 2008 não foi quantificado em 2009 e 2010: proporção do consumo de matérias-primas recicladas. Outro foi incorporado no ano de 2010: % do habitat preservado ou restaurado. Tal mudança talvez ocorra em razão de a reciclagem de matérias-primas não ser mais uma vantagem tão significativa entre as instituições financeiras, enquanto que a proteção de habitats pode ser considerada uma ecovantagem, principalmente para a imagem da instituição.

Os indicadores sociais mostraram a maior variação entre os três anos. Desses, 12 foram encontrados nos três anos pesquisados. Dessa parcela, 3 não foram passíveis de comparação: contribuições a campanhas político-partidárias, resultados das ações sociais e endosso a acordos internacionais - este último apresentou o mesmo resultado nos 3 anos. Outros 3 foram encontrados nos anos de 2008 e 2010: investimento em infraestrutura, salários e benefícios pagos, e empregos gerados. 2 indicadores foram encontrados nos anos de 2008 e 2009: acidentes - geral e média de horas de treinamento por funcionário. Um indicador foi encontrado somente no ano de 2008: representatividade do investimento em treinamento em relação ao total de salários e benefícios. Tal fato explica-se devido à ausência do quadro "principais indicadores de desempenho econômico, social e ambiental", quadro Ibase no ano de 2009 (4 indicadores) e a diferença de padrões entre os relatórios, onde alguns dos dados encontrados em 2008 tiveram sua forma de quantificação diferenciada em 2010, impedindo sua comparação (3).

Na comparação entre os três anos, 2008 é iniciado com 31 indicadores, caindo para 26 em 2009 e aumentando para 28 em 2010.

Em linhas gerais, considerando-se os indicadores passíveis de comparação entre os três anos, verificaram-se melhores resultados para o ano de 2008, seguido de 2010 e, por último, 2009.

Na dimensão ambiental verificaram-se melhores resultados para o ano 2008, seguido por 2009 e 2010; na dimensão econômica, melhores resultados para 2010, seguido por 2008 e 2009 e; para a dimensão social, melhores resultados para 2008, seguido por 2010 e 2009. Para chegar-se a tais resultados, comparou-se cada um dos indicadores entre os três anos e efetuou-se um ranking, sendo o 1º para o melhor resultado e o 3º para o pior resultado. Com isso, contou-se a quantidade de resultados por ano (1º, 2º e 3º) para definir qual o ano vencedor na classificação geral e por dimensão (ambiental, econômica e social). A tabela 10 demonstra a quantidade e resultado dos dados comparados.

Tabela 10: Quantidade e resultado dos indicadores comparados por dimensão

Ranking	2008				2009				2010			
	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total	1º	2º	3º	Total
Ambiental	3	3	1	7	3	2	1	6	2	1	4	7
Econômica	2	0	3	5	1	3	1	5	2	2	1	5
Social	8	4	3	15	3	4	4	11	4	6	2	12
Total	13	7	7	27	7	9	6	22	8	8	7	24

Fonte: o autor

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de extensa pesquisa realizada por Delai (2006) utilizando-se de oito iniciativas para elaboração do modelo de referência proposto, verificou-se predomínio de indicadores sociais, equivalendo a 60% do total. Em virtude do exposto, o modelo simplificado utilizado na presente pesquisa mantém esta porcentagem.

A utilização de relatórios de sustentabilidade permite ter uma ideia do engajamento da instituição com o tema. No entanto, devido à falta de padronização entre os relatórios dos anos de 2008, 2009 e 2010, a análise de informações é dificultada. Além disso, como tais relatórios são destinados aos *stakeholders*, seu valor científico/acadêmico é questionável.

Ao analisar os indicadores divulgados nos relatórios de sustentabilidade, selecionados na aplicação do modelo proposto ou não, verifica-se que a dimensão ambiental está se tornando mais importante ao longo dos anos. Tal mudança é observada na divulgação dos impactos causados por suas atividades, como por exemplo, a emissão estimada de CO₂, no aumento dos investimentos ambientais, na proteção de áreas ambientais, entre outros, ressaltando-se o fato de as atividades destas instituições não serem diretamente relacionadas aos impactos ambientais mais usualmente conhecidos.

Alguns indicadores, como o consumo de materiais, ainda precisam ser estruturados para divulgação, uma vez verificada falta de padronização entre os três relatórios analisados.

Outros, como a destinação de resíduos, está relativamente bem estruturada, sendo foi possível usá-la como dado para comparar os três anos. Ainda assim, nota-se uma melhoria na apresentação dos dados, tomando por base o relatório de 2010, no qual também foram divulgadas informações separadas sobre resíduos perigosos e não perigosos, bem como o método de disposição de tais resíduos.

A dimensão social, divulgada principalmente pelas ações realizadas por meio de suas fundações e institutos também precisa ser estruturada. O resultado das ações sociais, por exemplo, não estava padronizado. Em outros casos, a ausência de indicadores entre os relatórios dos três anos dificultou uma avaliação mais precisa como, por exemplo, a ausência do quadro Ibase no ano de 2009.

Referente à dimensão econômica, ela apresentou melhor estrutura e padronização, embora alguns indicadores não tenham sido identificados e outros foram obtidos de relatórios específicos (demonstrações contábeis). Todos os itens identificados puderam ser comparados. Certamente, essa comparação só se tornou possível pelo fato de a dimensão econômica ser o foco principal de uma instituição financeira.

Com o exposto acima, são necessários estudos aprofundados em parceria com a instituição. Pesquisadores precisam ter acesso às informações em suas fontes e não somente às informações públicas, possibilitando assim uma consistência maior e, conseqüentemente, a identificação de todos os itens do modelo. Com isso, seria possível uma conclusão fidedigna da situação da instituição quanto ao tema sustentabilidade.

Uma alternativa sugerida é a adoção de um relatório integrado, conforme proposto pela iniciativa *Accounting for Sustainability* e pelo Comitê Internacional do Relatório Integrado onde seja adotado um padrão de relatório que utilize e relacione em um documento único, as informações financeiras e não financeiras, permitindo então a comparação entre os anos e outras instituições, financeira ou não.

Conforme pesquisa realizada nesta dissertação conclui-se que a integração das informações financeiras e não financeiras em um único relatório é uma tendência para os próximos anos.

REFERÊNCIAS

ACCOUNTING FOR SUSTAINABILITY (A4S). **Consulta geral ao sítio eletrônico oficial**. Disponível em: <<http://www.accountingforsustainability.org>>. Acesso em: 12 abr. 2012.

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. 3ª reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. 280 p.

ARRUDA, N. M. **A sustentabilidade como um novo posicionamento na estratégia de comunicação de empresas brasileiras**. 2008. 139 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Sistemas de Gestão, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

BARBIERI, J. C.; CAJAZEIRA, J. E. R. **Responsabilidade social empresarial e empresa sustentável: da teoria à prática**. São Paulo: Saraiva, 2009. 230 p.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004. 328p.

BARBOSA, P. R. A. **Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bolsa de Valores de São Paulo (ISE-Bovespa): exame da adequação como referência para aperfeiçoamento da gestão sustentável das empresas e para formação de carteiras de investimento orientadas por princípios de sustentabilidade corporativa**. Rio de Janeiro, 2007. 148f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro – Instituto COPPEAD de Administração, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

BASSETO, L. I. **A sustentabilidade empresarial: um estudo baseado no relatório de uma concessionária de energia**. Ponta Grossa, 2007. 114f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Engenharia de Produção – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Ponta Grossa, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991. 430p.

DEFESA CIVIL. **Glossário de Defesa Civil: estudos de riscos e medicina de desastres**. 5. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Defesa Civil, 2004. 283 p. Volume Único. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/glossario.asp>>. Acesso em: 09 maio 2011.

DELAI, I. **Uma proposta de modelo de referência para mensuração da sustentabilidade corporativa**. Ribeirão Preto, 2006. 271 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração de Organizações, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto – Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

DELAI, I; TAKAHASHI, S. Uma proposta de modelo de referência para mensuração da sustentabilidade corporativa. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, Salvador,

v. 2, n. 1, p.19-40, jan. /abr. 2008. Disponível em:
<<http://www.gestaosocioambiental.net/>>. Acesso em: 05 jun. 2010.

DIAS, R. **Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. 5ª reimpressão. São Paulo: Atlas, 2009. 196 p.

DIAS, M. A. **Princípios do Equador: sustentabilidade e impactos na conduta ambiental dos bancos signatários brasileiros**. São Paulo, 2008. 175f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Tecnologias Ambientais – Coordenadoria de Ensino Tecnológico, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2008.

DIAS, E. A. **Índice de Sustentabilidade Empresarial e retorno ao acionista: Um estudo de evento**. São Paulo, 2007. 147 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração de Empresas – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

ECCLES, R. G.; KRZUS, M. P. **Relatório Único: divulgação integrada para uma estratégia sustentável**. São Paulo: Saint Paul Editora, 2011. 216 p. (Tradução de: Cristina Duarte e Luiz Fernando Brandão).

EQUATOR-PRINCIPLES. **Consulta geral ao sítio eletrônico oficial**. Disponível em: <<http://www.equator-principles.com/>>. Acesso em: 14 jul. 2011.

ESTY, D. C.; WINSTON, A. S. **O verde que vale ouro: como empresas inteligentes usam a estratégia ambiental para inovar, criar valor e construir uma vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. 347 p.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS (FEBRABAN); et al. **Sustentabilidade em instituições financeiras: uma visão geral sobre os conceitos e as abordagens de auditoria**. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciência Bancária – IBCB, 2008. 163p.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE (GRI). **Consulta geral ao sítio eletrônico oficial**. Disponível em: <<http://www.globalreporting.org/>>. Acesso em: 18 set. 2009.

IDEIA SUSTENTÁVEL. **Itaú Unibanco é eleito banco mais sustentável do mundo**. Disponível em:
<<http://www.ideiasustentavel.com.br/2011/06/reconhecimento-itaunibanco-e-eleito-banco-mais-sustentavel-do-mundo/>>. Acesso em: 14 jul. 2011.

INTERBRAND. **O Poder das Marcas na América Latina: O estudo de Marcas mais importante já realizado no continente, feito por quem mais entende de Marca no mundo**. Brasil: Interbrand, 2008. 20 p. Disponível em:
<http://www.interbrand.com/images/studies/O_Poder_das_Marcas_na_América_Latina_2008.pdf>. Acesso em: 18 set. 2009.

INTERBRAND. **Ranking Interbrand das Marcas Brasileiras mais Valiosas 2010**. Brasil: Interbrand, 2010. 18 p. Disponível em:
<http://issuu.com/interbrand/docs/best_brazilian_brands_2010_portuguese?mode=window&pageNumber=1>. Acesso em: 10 abr. 2011.

INTERNATIONAL FINANCE CORPORATION (IFC). **Consulta geral ao sítio eletrônico oficial**. Disponível em: <<http://www.ifc.org/>>. Acesso em: 14 jul. 2011.

INTERNATIONAL INTEGRATED REPORTING COMITEE (IIRC). **Consulta geral ao sítio eletrônico oficial**. Disponível em: < <http://www.theiirc.org/>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

ITAU UNIBANCO. **Consulta geral ao sítio eletrônico oficial**. Disponível em: <http://ww2.itaubanco.com.br/sustentabilidade/_/no-seu-dia-a-dia/sustentabilidade-na-pratica/cases.aspx?pagina=case-uteb>. Acesso em: 23 mai. 2012.

ITAU UNIBANCO BANCO MÚLTIPLO S. A. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2008**. São Paulo: Itaú Unibanco Banco Múltiplo S. A., 2009a. 168 p. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/>>. Acesso em: 14 set. 2009.

ITAU UNIBANCO BANCO MÚLTIPLO S. A. **Análise Gerencial da Operação, Desempenho das Ações e dos ADRs e Demonstrações Contábeis 2008**. São Paulo: Itaú Unibanco Banco Múltiplo S. A., 2009b. 128 p.

ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2009**. São Paulo: Itaú Unibanco Holding S. A., 2010a. 132 p. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/>>. Acesso em: 01 ago. 2010.

ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. **Análise Gerencial da Operação, Desempenho das Ações e dos ADRs e Demonstrações Contábeis 2009**. São Paulo: Itaú Unibanco Holding S. A., 2010b. 109 p.

ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. **Relatório Anual de Sustentabilidade 2010**. São Paulo: Itaú Unibanco Holding S. A., 2011a. 155 p. Disponível em: <<http://www.itaunibanco.com.br/relatoriodesustentabilidade/>>. Acesso em: 06 jun. 2011.

ITAU UNIBANCO HOLDING S.A. **Análise Gerencial da Operação, Desempenho das Ações e dos ADRs e Demonstrações Contábeis 2010**. São Paulo: Itaú Unibanco Holding S. A., 2011b. 115 p.

LOUETTE, A. (org.). **Gestão do conhecimento: compêndio para a sustentabilidade: ferramentas de gestão de responsabilidade socioambiental**. São Paulo: Antakarana Cultura Arte e Ciência, 2007. 187p.

MARTINS, E. S. **Estudo da sustentabilidade empresarial em uma cooperativa gaúcha**. Biguaçu, 2006. 152f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração – Universidade do Vale do Itajaí, Biguaçu, 2006.

MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. **Sustentabilidade no setor financeiro: gerando valor e novos negócios**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2008. 157 p.

NAHUZ, M. A. R. **Comunicação pessoal**. São Paulo, 04 abr. 2011.

OLIVEIRA, C. A. **A contabilidade ambiental e suas aplicações e contribuições**. São Paulo, 2007. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Curso de Perícia e Auditoria Ambiental – Coordenadoria de Ensino Tecnológico, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2007.

PACTO GLOBAL - REDE BRASILEIRA. **Consulta geral ao sítio eletrônico oficial.** Disponível em: <<http://www.pactoglobal.org.br/>>. Acesso em: 28 set. 2009.

SACHS, J. **A riqueza de todos.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. 479 p.

SILVA JÚNIOR, E. B. **Meio Ambiente nas atividades financeiras: o papel dos bancos privados.** São Paulo, 2006. 107 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Meio Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho: Sistema Integrado de Gestão – Faculdade de Ciências Ambientais – Centro Universitário SENAC, São Paulo, 2006. Disponível em: <biblioteca.sp.senac.br/LINKS/acervo246729/Esio%20Betrao%20da%20Silva%20Junior.pdf>. Acesso em 10 abr. 2009.

SOUSA, A. C. C. **Responsabilidade social e desenvolvimento sustentável: a incorporação dos conceitos à estratégia empresarial.** Rio de Janeiro, 2006. 213f. Dissertação (Mestrado) Curso de Ciências em Planejamento Energético – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós Graduação em Engenharia - COPPE – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <www.ppe.ufrj.br/pppe/production/tesis/sousacc.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2009.

TABET, F. Prefácio. In: MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. **Sustentabilidade dos negócios no setor financeiros: um caso prático.** São Paulo: Annablume; Brasília: BNDES, 2007. Cap. 2, p. 13-15.

TACHIZAWA, T. **Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2005. 427p.

TAYRA, F.; RIBEIRO, H. Modelos de indicadores de sustentabilidade: síntese e avaliação crítica das principais experiências. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.15, n.1, p.84-95, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

TINOCO, J. E. P.; KRAEMER, M. E. P. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004. 303p.

TOSINI, M. F. C. **Risco ambiental para as instituições financeiras.** São Paulo: Annablume, 2006. 192 p.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **Consulta geral ao sítio eletrônico oficial.** Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/>>. Acesso em: 09 jun. 2010.

VAN BELLEN, H. M. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa.** Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. 256p.

WOLTMANN, A.; ARAÚJO, L. E. B. Desenvolvimento x Sustentabilidade: uma abordagem transdisciplinar. **Panóptica**, Vitória, v.1, n. 8, p.461-482, maio/jun. 2007. Disponível em: <<http://www.panoptica.org/>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

REFERÊNCIAS CONSULTADAS

- AGUIAR, L. R. **Avaliação da ecoeficiência de programas e projetos ambientais voltados às micro e pequenas empresas do polo gesseiro do Araripe, estado de Pernambuco.** Recife, 2007. 141f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Gestão e Políticas Ambientais - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- ALVES, D. L. **Sustentabilidade:** estado da arte de um estudo de evento sobre o Índice de Sustentabilidade Empresarial. Uberlândia, 2008. 141f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Administração – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- BENETTI, L. B. **Avaliação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do município de Lages/SC através do método do painel de sustentabilidade.** Santa Catarina, 2006. 203f. Tese (Doutorado) – Curso de Engenharia Ambiental – Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina, 2006. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PGEA0261.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2009.
- BRAGA, T. M.; et al. Índices de sustentabilidade municipal: o desafio de mensurar. **Nova Economia.** Belo Horizonte, v.14, n.3, p.11-33, set./dez. 2004. Disponível em: <<http://www.face.ufmg.br/novaeconomia/>>. Acesso em: 20 abr. 2009.
- BORGER, F. G. Responsabilidade corporativa: a dimensão ética, social e ambiental na gestão das organizações. In: VILELA JÚNIOR, A.; DEMAJOROVIC, J. (org.). **Modelos e ferramentas de gestão ambiental:** desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006. p.13-40.
- CIDIN, R. C. P. J.; SILVA, R. S. Pegada ecológica: instrumento de avaliação dos impactos antrópicos no meio natural. **Estudos Geográficos.** Rio Claro, v.2, n.1, p.43-52, jun. 2004. Disponível em: <<http://cecemca.rc.unesp.br/ojs/index.php/estgeo>>. Acesso em: 12 abr. 2009.
- COUTO, O. F. V. **Geração de um índice de sustentabilidade ambiental para baixas hidrográficas em áreas urbanas através do emprego de técnicas integradas de geoprocessamento.** Porto Alegre, 2007. 173f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/>>. Acesso em: 21 abr. 2009.
- DEMAJOROVIC, J. Ecoeficiência em serviços: diminuindo impactos e aprimorando benefícios ambientais. In: VILELA JÚNIOR, A.; DEMAJOROVIC, J. (org.). **Modelos e ferramentas de gestão ambiental:** desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006. p.169-198.
- DIAS, L. V. **Avaliação socioambiental conforme os padrões de desempenho do International Finance Corporation:** elaboração de ferramenta e aplicação prática. São Paulo, 2011. 88f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Tecnologia Ambiental – Coordenadoria de Ensino Tecnológico, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2011.

EPELBAUM, M. Sistemas de Gestão Ambiental. In: VILELA JÚNIOR, A.; DEMAJOROVIC, J. (org.). **Modelos e ferramentas de gestão ambiental: desafios e perspectivas para as organizações**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006. p. 115-147.

KRONEMBERG, D. M. P.; et al. Desenvolvimento sustentável no Brasil: uma análise a partir da aplicação do barômetro da sustentabilidade. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v.20, n.1, p.25-50, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.sociedadnatureza.ig.ufu.br>>. Acesso em: 12 abr. 2009.

LAYRARGUES, P. P. Sistemas de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.40, n.2, p.80-88, abr./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.rae.br/artigos/990.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

LINS, C.; WAJNBERG, D. **Sustentabilidade corporativa no setor financeiro brasileiro**. Rio de Janeiro: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, 2006, 63p. Disponível em: <www.bndes.gov.br/conhecimento/especial/sustentabilidade.pdf>. Acesso em 10 abr. 2009.

MARTINS, A. R. P.; FERRAZ, F. T.; COSTA, M. M. Sustentabilidade ambiental como nova dimensão do índice de desenvolvimento humano dos países. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.13, n.26, p.139-162, dez. 2006. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/conhecimento/revista/rev2607.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

MATTAROZZI, V.; TRUNKL, C. **Sustentabilidade dos negócios no setor financeiro: um caso prático**. São Paulo: Annablume; Brasília: BNDES, 2007. 102 p.

MELLO, R. L. **Agricultura familiar sustentabilidade social e ambiental**, Taubaté: Universidade de Taubaté - Repositório Eletrônico - Departamento de Ciências Agrárias, 2007. 8 p. Disponível em: <<http://www.agro.unitau.br:8080/dspace/>> Acesso em: 26 de jul. de 2010. NUNES, J. G. **Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao Índice BOVESPA de Sustentabilidade Empresarial**. Vitória, 2008. 49f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Ciências Contábeis – Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, 2008.

PADILHA, M. H., LIXA, R. M. **A importância das boas práticas de governança corporativa na prevenção de passivos ambientais: o papel da lei Sarbanes Oxley**. São Paulo, 2008. 110f. Trabalho de Conclusão de Curso (MBA) – Curso de Gestão Estratégica em Meio Ambiente – Coordenadoria de Ensino Tecnológico, Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2008.

PAULISTA, G.; VARVAKIS, G.; MONTIBELLER-FILHO, G. Espaço emocional e indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 1, p.185-200, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

SANCHES, C. S. Gestão Ambiental Proativa. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v.40, n.1, p.76-87, jan./mai. 2000. Disponível em: <<http://www.rae.br/artigos/363.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2009.

SCHMIDHEINY, S. **Mudando o rumo**: uma perspectiva empresarial global sobre desenvolvimento e meio ambiente. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1992, 372 p.

SILVA, G. A.; KULAY, L. A. Avaliação do ciclo de vida. In: VILELA JÚNIOR, A.; DEMAJOROVIC, J. (org.). **Modelos e ferramentas de gestão ambiental**: desafios e perspectivas para as organizações. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006. p.313-336.

VAN BELLEN, H. M. Desenvolvimento sustentável: uma descrição das principais ferramentas de avaliação. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v.7, n.1, p.67-87, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

WAJNBERG, D. **Sustentabilidade nos bancos brasileiros**: exame da divulgação do relacionamento entre iniciativas socioambientais e o desempenho financeiro corporativo. Rio de Janeiro, 2008. 67f. Dissertação (Mestrado) Curso de Administração – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pós-Graduação em Administração – COPPEAD, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

WORLD BUSINESS COUNCIL FOR SUSTAINABLE DEVELOPMENT - WBCSD. **Medir a eco-eficiência**: um guia para comunicar o desempenho da empresa. Portugal: Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – BCSD Portugal, 2000. 36p. Disponível em: < <http://www.bcsdportugal.org>>. Acesso em: 10 abr. 2009.

Anexo A: **Iniciativas de Mensuração da Sustentabilidade utilizadas para elaboração do modelo de referência proposto por Delai.**

Iniciativas de Mensuração da Sustentabilidade utilizadas para elaboração do modelo proposto por Delai¹

Indicadores de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (CSD)

Constitui-se num conjunto de indicadores desenvolvido pela Comissão para Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas em 1995. Ele tem como principal objetivo tornar os indicadores de desenvolvimento sustentável acessíveis aos tomadores de decisão por meio da sua definição e explicação de suas metodologias bem como do treinamento para sua utilização (CSD, 2005). Esse conjunto de indicadores tem foco RGSA nacional e segue o conceito de desenvolvimento sustentável proposto pelo Relatório Brundtland abrangendo quatro dimensões da sustentabilidade: social, ambiental, econômica e institucional.

Dashboard de Sustentabilidade

Foi desenvolvido em 1998 pelo *Consultative Group for Sustainable Development Indicators* e foi considerado dentre as três mais importantes iniciativas de mensuração da sustentabilidade de acordo com pesquisa realizada com especialistas internacionais (Bellen, 2005). Constitui-se em um índice que utiliza o painel de controle de um carro dividido em quatro raios – um para cada dimensão da sustentabilidade - como gráfico de interface para informar o desempenho do país em relação à sustentabilidade. A sua principal vantagem é que apresenta tanto um índice de desempenho global do país quanto sub-índices para cada dimensão e seus temas facilitando a identificação dos pontos a serem aprimorados (Hardi & Zdan, 2000).

¹ Informações retiradas de: DELAI, I; TAKAHASHI, S. Uma proposta de modelo de referência para mensuração da sustentabilidade corporativa. *Revista de Gestão Social e Ambiental*, Salvador, v. 2, n. 1, p.19-40, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.gestaosocioambiental.net/>>. Acesso em: 05 jun. 2010.

Barômetro de Sustentabilidade

É um índice desenvolvido pelo Instituto Mundial de Conservação que mensura a sustentabilidade nos níveis local, regional e nacional por meio de uma escala de desempenho em duas dimensões - bem-estar humano e bem-estar do ecossistema. De forma similar ao *Dashboard*, foi considerado dentre as três mais importantes iniciativas de mensuração da sustentabilidade (Bellen, 2005). Ele considera a sustentabilidade como o balanço entre o bem-estar humano e o do ecossistema, respectivamente “a condição na qual todos os membros da sociedade são capazes de determinar e alcançar suas necessidades e seu potencial” e “a condição na qual o ecossistema mantém sua diversidade, qualidade e sua capacidade de suportar a vida humana e os outros seres” (Prescott-Allen, 2001, p.7).

Global Reporting Initiative (GRI)

Trata-se de um guia para elaboração de relatórios de sustentabilidade lançado em 1997 pela Organização Não-Governamental americana *Coalition for Environmentally Responsible Economies* (CERES) e pelo *United Nations Environment Programme*. Ele tem por objetivo auxiliar as empresas e suas partes interessadas no entendimento e comunicação das contribuições da organização ao alcance do desenvolvimento sustentável, melhorando a qualidade e utilidade dos relatórios de sustentabilidade. Tem como foco o conceito do resultado triplo – equilíbrio nas complexas relações atuais entre necessidades econômicas, ambientais e sociais que não comprometa o desenvolvimento futuro (GRI, 2005).

Métricas de Sustentabilidade da Instituição dos Engenheiros Químicos da Inglaterra (IChemE)

É um conjunto de indicadores com ênfase na mensuração da sustentabilidade de indústrias desenvolvido pela Instituição dos Químicos da Inglaterra. Ele também utiliza o conceito de resultado triplo sumarizado como o: “equilíbrio responsabilidade ambiental, retorno econômico (geração de riqueza) e desenvolvimento social” (IChemE, 2005, p. 4).

Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI)

O DJSI foi estabelecido em 1999 e avalia o desempenho das empresas líderes mundiais em sustentabilidade selecionadas dentre as 2.500 maiores empresas globais. É constituído a partir de um questionário com 33 diferentes critérios, documentos e informações prestadas pelas empresas aos analistas, à imprensa e às partes interessadas. Este índice define sustentabilidade como “criar valor de longo prazo aos acionistas por meio do aproveitamento das oportunidades e do gerenciamento dos riscos derivados dos desenvolvimentos econômico, social e ambiental” (Dow Jones, 2005, p. 7).

Índice *Triple Bottom Line* (TBL)

O TBL é um índice corporativo que se diferencia das demais por mensurar também as inter-relações entre as dimensões do desenvolvimento sustentável: eco-ambiental, eco-social, socioambiental e eco-socioambiental. Também adota o conceito de sustentabilidade do resultado triplo: melhorar o crescimento financeiro reduzindo os impactos ambientais negativos e atendendo às expectativas da sociedade (Wang, 2005).

Indicadores Ethos de Responsabilidade Social Empresarial

Trata-se de um conjunto de indicadores lançado em 2002 pela organização não-governamental Instituto Ethos para servir de ferramenta de auto-avaliação do desempenho organizacional em relação às práticas de responsabilidade social. Enfoca aspectos sociais da sustentabilidade considerando a Responsabilidade Social Empresarial uma forma de gerenciar buscando competitividade, sustentabilidade e atendendo às demandas da sociedade (Ethos, 2005).

Referências Bibliográficas²

BELLEN, H. V. (2005). **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: FGV Editora.

COMMISSION ON SUSTAINABLE DEVELOPMENT (2005, March). **Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies**. Recuperado em 1 Março, 2005, do <http://www.un.org.esa/sustdev/csd.htm>.

DOW JONES INDEXES. (2006, March). **Dow Jones sustainability world indexes guide v. 7.0**. Recuperado em 5 Março, 2006, do www.sustainability-indexes.com.

ETHOS. (2005, October). **Indicators of Corporate Social Responsibility**. Recuperado em 21 Outubro, 2005, do <http://www.ethos.org.br>.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. (2005, June). **Sustainability reporting guidelines**. Recuperado em 21 Junho, 2005, do <http://www.globalreportinginitiative.org>.

HARDI, P., & ZDAN, T. J. (2000). *The dashboard of sustainability*. Winnipeg: IISD.
HART, S. L., & MILSTEIN, M. (2004). Criando valor sustentável. **RAE Executivo**, 3(2), 65-79.

INSTITUTION OF CHEMICAL ENGINEERS. (2005, March). **The sustainability metrics**. Recuperado em 20 Outubro, 2005, do <http://www.icheme.uk>.

PRESCOTT-ALLEN. R. (1997). Barometer of sustainability. In: Moldan, B, Bilharz, S. **Sustainability indicators: report of the project on indicators of sustainable development**. Chicester: Wiley.

WANG, L. (2005). **A methodology of sustainability accountability and management for industrial enterprises**. Doctoral Dissertation, Faculty of Graduate School, The State University of New York at Buffalo, Buffalo, USA.

² Todas as referências foram retiradas do artigo citado na nota de rodapé 1. O autor da dissertação não consultou as referências. As referências foram escritas conforme formatação / padronização do artigo em questão.

Anexo B: Indicadores do modelo de referência proposto por Delai

Dimensão	Tema	Subtema	Indicador
Ambiental	Materiais	Consumo de materiais	Eficiência uso de materiais
			Proporção do consumo de matérias-primas recicladas
		Consumo de matérias-primas que causam risco à saúde humana	Uso de matérias-primas perigosas
	Produtos e Serviços	Reciclabilidade dos produtos que é reciclável	% dos produtos que é reciclável
			% que retorna no final da vida útil do produto
		Representatividade dos produtos ecologicamente amigáveis	Representatividade dos produtos ecologicamente amigáveis
			Consumo de energia
		Iniciativas de minimização dos impactos ambientais	Definição específica de indicadores que mensurem a sua eficácia e efetividade de acordo com as práticas de cada empresa
	Biodiversidade	Impactos nos ecossistemas	Principais impactos na biodiversidade
			Terras utilizadas para atividades extrativistas
			Representatividade da superfície impermeável
			Terras gerenciadas em habitats ricos em biodiversidade
		Impactos nas áreas protegidas	Impactos em áreas protegidas ou sensíveis
			% do habitat preservado ou restaurado
	Espécies	Mudanças nos habitats naturais	
	Energia	Consumo de energia	Espécies em extinção afetadas pela empresa
			Matriz energética
	Terra	Uso da terra	Eficiência energética
			Uso da terra
			Monitoramento da cadeia de custódia
		Geração de resíduos	Proporção do uso de produtos provenientes de cadeia de custódia
			Resíduos sólidos descartados
			Resíduos sólidos perigosos descartados
	Água	Quantidade	Eficiência
			Impacto nos mananciais
		Qualidade	Eficiência do uso da água
			Acidificação
			Demanda bioquímica de oxigênio
	Ar	Emissões de gases estufa	Eco toxicidade
			Eutrofização
Emissões gases afetam camada de ozônio		Emissões de gases estufa	
		Emissões de gases que afetam a camada de ozônio	
		Poluição atmosférica fotoquímica	Emissões de gases que provocam poluição fotoquímica
		Acidificação atmosférica	Emissões atmosféricas ácidas
Emissões com efeitos cancerígenos	Emissões atmosféricas cancerígenas		

Dimensão	Tema	Subtema	Indicador
Econômica	Investidores	Governança Corporativa	Tamanho do conselho
			Participação dos empregados no conselho
			Participação das mulheres no conselho
			Participação dos executivos no conselho
			Estudo regular da percepção do investidor e feedback dos resultados
			Transparência dos programas de distribuição de ações aos funcionários
	Investidores	Remuneração dos acionistas	Pagamento aos investidores
			Dividendos distribuídos
	Investimentos	Capital investido	Média de capital investido
			Tendência dos investimentos
			Taxa de retorno
			Gastos com pesquisa e desenvolvimento
	Investimentos	Pesquisa e Desenvolvimento	Investimento em pesquisa e desenvolvimento
	Lucro	Lucro e valor	Vendas Líquidas
			Custos
			Margem Bruta
			Margem Bruta por empregado
			Valor adicionado
			Valor adicionado por unidade de venda
			Valor adicionado por empregado
			Lucro antes dos impostos
			Margem Líquida
Dívida de longo prazo			
Gerenciamento de crises	Estrutura organizacional para gerenciamento de crises		
		Conteúdo do plano de gerenciamento de crises	

Dimensão	Tema	Subtema	Indicador
Social	Fornecedores e parceiros	Critérios de seleção e avaliação de fornecedores	Inspecões em relação a práticas de responsabilidade social e sustentabilidade
			Treinamentos, cursos, palestras ou reuniões sobre práticas de responsabilidade social e sustentabilidade
			Autuações recebidas com relação ao uso de trabalho forçado, escravo e infantil
		Contratos	Cumprimento de Contratos Volume de compras
		Apoio ao desenvolvimento de fornecedores	Não definido pelos sistemas estudados
	Setor Público	Impostos	Impostos pagos
		Subsídios	Subsídios recebidos
	Gerenciamento do relacionamento com o consumidor	Satisfação do consumidor	Taxa de retenção
			Participação de mercado
			Clientes satisfeitos
			Ligações para o SAC
			% de reclamações atendidas pelo SAC
			% de reclamações não atendidas pelo SAC
			Tempo de espera no SAC
		Inovações implantadas em razão da interferência do ouvidor e/ou do serviço de atendimento a consumidores / clientes	
		Saúde e segurança	Reclamações relacionadas à saúde e segurança do consumidor
	Respeito à privacidade do consumidor	Reclamações relacionadas à privacidade do consumidor	
	Produtos e rótulos	Não definido pelos sistemas estudados	
	Publicidade	Não definido pelos sistemas estudados	
	Cidadania corporativa	Contribuições políticas	Contribuições a campanhas político-partidárias
		Práticas de competição e preço	Decisões judiciais referentes a casos de ações anti-truste e monopólio
		Códigos de conduta, corrupção e suborno	Cobertura dos códigos de conduta e anticorrupção e suborno
		Diálogo com a sociedade	Encontro com stakeholders
			Reclamações
			Cumprimento da lei
		Investimentos em ações sociais	% lucro líquido investido em ações sociais
			Doações de produtos e serviços
			Doações em espécie
			Investimento em projeto social próprio
	Investimento em infraestrutura		
	Trabalho voluntário de empregados		
	Tempo médio de trabalho voluntário dos empregados		
	Resultados das ações sociais		
	Práticas Trabalhistas	Atração e retenção de talentos	Salários e benefícios pagos
			Média salarial em relação ao mercado
			Proporção dos benefícios
			Média dos benefícios pagos
			Bonificações por resultados - proporção em relação aos salários
			Bonificações por resultados - abrangência
			Bonificações por resultados - proporção em relação -total de bonificações
			Bonificações por resultados - proporção por resultados corporativos
			Bonificações por resultados - proporção por resultados individuais
			Bonificações por resultados - tipos
			Bonificações por resultados - tipos
			Outras bonificações - proporção em relação aos salários
			Outras bonificações - abrangência
			Abrangência da avaliação do desempenho
Taxa de promoção			
Taxa de retenção de funcionários			
% de satisfação dos funcionários			
Geração de empregos		Total de empregos	
		Razão empregos indiretos e diretos	
		Empregos gerados	
		Proporção de empregos gerados	
		Demitidos acima de 45 anos	
Reclamações trabalhistas			

Dimensão	Tema	Subtema	Indicador
Social	Práticas Trabalhistas	Saúde e Segurança	Acidentes - geral
			Acidentes com afastamento
			Acidentes com mutilações
			Acidentes com mortes
			Tempo médio de afastamento
			Frequência dos acidentes
			Custo dos afastamentos
			Prevenção de acidentes - acordos de saúde e segurança
			Prevenção de acidentes - comitês de saúde e segurança
			Gastos com prevenção
			Funcionários treinados em prevenção de acidentes
			Horas de treinamento de funcionários em prevenção de acidentes
			Diversidade e oportunidade
		Diferenças salariais entre sexos - alta gerência	
		Diferenças salariais entre sexos - média gerência	
		Diferenças salariais entre sexos - cargos não gerenciais	
		Diferenças salariais entre raças	
		Diversidade do corpo funcional - nível gerencial	
		Diversidade do corpo funcional - geral	
		Educação, treinamento e desenvolvimento de funcionários	Média de horas de treinamento por funcionário
			Representatividade do investimento em treinamento em relação ao total de salários e benefícios
			Média de horas de desenvolvimento por funcionário
			Proporção do faturamento investido em desenvolvimento de funcionários
			% de funcionários incluídos no processo de mapeamento e desenvolvimento de habilidades
			Proporção de funcionários analfabetos
			Proporção de funcionários com educação pós secundária
			Relação entre o investimento em educação e o investimento em treinamento
			Indicadores de gerenciamento do fim de carreira dos funcionários
		Direitos Humanos	Liberdade de associação dos funcionários
			Direitos indígenas
			Trabalho infantil
			Trabalho escravo e forçado
			Práticas disciplinares
Endosso a acordos internacionais apresentam uma lacuna que deve ser preenchida			

Anexo C: **Os “Princípios do Equador”**

Os “Princípios do Equador”¹

Um referencial do setor financeiro para identificação, avaliação e gestão de risco socioambiental no financiamento de projetos

O financiamento de projetos, método de financiamento no qual o financiador considera principalmente as receitas geradas por um único projeto, tanto como fonte de pagamento quanto como garantia à exposição ao risco, desempenha um papel importante no financiamento do desenvolvimento em todo o mundo. Os financiadores de projetos² podem se deparar com questões sociais e ambientais complexas e desafiadoras, particularmente no que se refere a projetos nos mercados emergentes.

Consequentemente, as Instituições Financeiras signatárias dos Princípios do Equador (*Equator Principles Financial Institutions – EPFIs*) adotaram estes Princípios com o intuito de garantir que os projetos que financiam sejam desenvolvidos de forma socialmente responsável e reflitam boas práticas de gestão ambiental. Agindo assim, os impactos negativos em ecossistemas e comunidades afetados por projetos devem ser evitados sempre que possível e, se forem inevitáveis, devem ser reduzidos, mitigados e/ou compensados de forma apropriada. Acreditamos que a adoção e o cumprimento destes Princípios trazem benefícios para nós mesmos, para nossos clientes e para as demais partes locais interessadas, por meio do envolvimento de nossos clientes com as comunidades afetadas localmente. Reconhecemos, portanto, que nosso papel como financiadores nos oferece oportunidades para promover uma gestão ambiental responsável e o

¹ Este documento traz a tradução para o português do texto original em inglês: “*The Equator Principles*”, July 2006, que é a única versão oficial.

² **Financiamento de projetos** é “um método de financiamento no qual o financiador considera principalmente as receitas geradas por um único projeto, tanto como fonte de pagamento quanto como garantia à exposição ao risco. Esse tipo de financiamento é geralmente utilizado para instalações grandes, complexas e caras, o que pode incluir, por exemplo, usinas geradoras de energia, plantas industriais químicas, minas, infraestrutura de transporte, de meio ambiente e de telecomunicações. O financiamento de projetos pode, igualmente, servir para financiar a construção de uma nova instalação de capital ou refinar uma instalação já existente, com ou sem melhorias. Nessas operações, o financiador habitualmente é pago única ou quase que exclusivamente com os recursos gerados pelos contratos de negociação dos produtos da instalação, como a energia elétrica vendida por uma usina de geração. O financiado é geralmente uma sociedade de propósito específico (*Special Purpose Entity - SPE*) que não está autorizada a desempenhar qualquer função outra que não seja a de desenvolvimento, domínio e operação da instalação. A consequência é que o repagamento depende principalmente do fluxo de caixa do projeto, assim como do valor dos ativos do projeto dados em garantia. Fonte: Comitê da Basileia de Supervisão Bancária. *International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards* (“Basileia II”), novembro de 2005. <http://bis.org/publ/bcbs118.pdf>.

desenvolvimento socialmente responsável. Desse modo, as EPFIs avaliarão a necessidade de revisar estes Princípios, de tempos em tempos, com base na experiência de implementação e visando a refletir o aprendizado concomitante e boas práticas emergentes.

Estes Princípios buscam servir como base e estrutura comuns para a implantação, por cada EPFI, de suas próprias políticas, procedimentos e normas socioambientais relativos a suas atividades de financiamento de projetos. Não concederemos empréstimos a projetos nos quais o cliente não esteja disposto ou apto a cumprir nossas políticas e respectivos procedimentos socioambientais que implementam os Princípios do Equador.

ESCOPO - DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS

Os Princípios se aplicam globalmente a todos os novos financiamentos de projetos, de todos os setores industriais, com custos de capital de US\$ 10 milhões ou mais. Além disso, embora os Princípios não tenham aplicação retroativa, nós os aplicaremos a todos os financiamentos de projetos que envolvam a ampliação ou modernização de uma instalação já existente na quais mudanças de escala ou escopo possam gerar impactos ambientais e/ou sociais significativos ou alterar significativamente a natureza ou magnitude de um impacto já existente.

Os Princípios também se aplicam a atividades de assessoria de financiamento de projetos. Nesses casos, as EPFIs se comprometem a conscientizar o cliente do conteúdo, da aplicação e dos benefícios dos Princípios para o projeto em estruturação e a solicitar que o cliente comunique à EPFI em questão sua intenção de aderir às exigências dos Princípios quando posteriormente buscar financiamento.

As EPFIs concederão empréstimos apenas a projetos que respeitem os Princípios de 1 a 9 abaixo:

Princípio 1: Análise e Categorização: Quando um financiamento é solicitado para um projeto, como parte de análise e avaliação prévias dos aspectos sociais e ambientais, a EPFI categorizará o projeto com base na magnitude de seus potenciais impactos e riscos de acordo com os critérios ambientais e sociais aplicados pela Corporação Financeira Internacional (*International Finance Corporation* - IFC) (Anexo I).

Princípio 2: Avaliação Socioambiental: Para cada projeto de Categoria A ou B, o financiado deverá ter realizado um processo de Avaliação Socioambiental³ (“Avaliação”) para identificar, de forma adequada e de modo que satisfaça à EPFI, os impactos e riscos sociais e ambientais relevantes do projeto proposto (podendo incluir, se for relevante, os temas listados no Anexo II). A Avaliação também deve propor medidas de mitigação e de gestão relevantes e adequadas tanto à natureza quanto à escala do projeto proposto.

Princípio 3: Padrões Sociais e Ambientais Aplicáveis: Para projetos alocados em países que não fazem parte da OCDE, assim como para os situados em países da OCDE que não sejam designados como de Alta Renda, conforme definição constante no Banco de Dados de Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial (*World Bank Development Indicator Database*), a Avaliação se referirá aos Padrões de Desempenho da IFC aplicáveis ao projeto (Anexo III) e às Diretrizes de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (na sigla em inglês, EHS – *Environmental, Health and Safety*) específicas do setor (Anexo IV). A Avaliação estabelecerá o cumprimento global dos respectivos Padrões de Desempenho e Diretrizes de EHS, ou justificará desvios desses critérios, de modo que satisfaça à EPFI participante.

Os requisitos regulatórios, autorizatórios e a opinião pública, em Países de Alta Renda da OCDE, como definido no Banco de Dados de Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial (*World Bank Development Indicator Database*), geralmente atendem ou superam os requisitos dos Padrões de Desempenho da IFC (Anexo III) e das Diretrizes de EHS (Anexo IV). Consequentemente, para evitar duplicidade e agilizar a análise desses projetos pela EPFI, a conclusão bem-sucedida de um processo de Avaliação (ou equivalente) em conformidade com a legislação local ou nacional dos Países de Alta Renda da OCDE é considerada um substituto aceitável dos Padrões de Desempenho da IFC, das Diretrizes de EHS e dos demais requisitos detalhados nos Princípios 4, 5 e 6 abaixo. Nesses casos,

³ **Avaliação Socioambiental** é um processo que apura impactos e riscos sociais e ambientais (inclusive os referentes à saúde e segurança do trabalhador) de um projeto proposto em sua área de influência. Para o cumprimento dos Princípios do Equador, se tratará de uma avaliação adequada, precisa e objetiva que apresente os problemas, seja ela preparada pelo cliente, por consultores ou especialistas independentes. Dependendo da natureza e escala do projeto, o documento de avaliação poderá compreender uma avaliação de impacto social e ambiental em escala total, uma avaliação ambiental e social limitada ou concentrada (ex.: auditoria) ou a simples aplicação de normas referentes à seleção de local, padrões de poluição e critérios de concepção do projeto de construção. Também pode ser preciso realizar um ou mais estudos especializados.

contudo, a EPFI ainda deve categorizar e analisar o projeto de acordo com os Princípios 1 e 2 acima.

O processo de Avaliação, em ambos os casos, deve incluir o cumprimento de leis, regulamentos e permissões referentes às questões sociais e ambientais do país-sede em questão.

Princípio 4: Plano de Ação e Sistema de Gestão: Para todos os projetos de Categoria A ou B situados em países não pertencentes à OCDE ou em países membros da OCDE não classificados como de Alta Renda, conforme definição constante no Banco de Dados de Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial (*World Bank Development Indicator Database*), o financiado deverá ter elaborado um Plano de Ação⁴ que contemple os aspectos relevantes apontados nas conclusões da Avaliação. O Plano de Ação descreverá e priorizará as ações necessárias para a gestão das medidas mitigadoras, ações corretivas e medidas de acompanhamento dos impactos e riscos identificados pela Avaliação. Os clientes devem estabelecer, manter ou incrementar um Sistema de Gestão Socioambiental que dê conta tanto da gestão desses impactos e riscos quanto das ações corretivas necessárias ao cumprimento das leis e regulamentos sociais e ambientais aplicáveis no país-sede, além dos requisitos dos Padrões de Desempenho e Diretrizes de EHS aplicáveis, conforme definido no Plano de Ação.

Para projetos situados em países de Alta Renda da OCDE, as EPFIs podem requisitar o desenvolvimento de um Plano de Ação baseado nos requisitos de permissão e regulamentação, como definido pela legislação do país-sede.

Princípio 5: Consulta e Divulgação: Para todo projeto da Categoria A e, quando for o caso, da Categoria B situado em países não pertencentes à OCDE ou em países-membros da OCDE não classificados como de Alta Renda, conforme definição constante no Banco de Dados de Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial (*World Bank Development Indicator Database*), o governo, o cliente

⁴ O **Plano de Ação** pode variar de uma descrição resumida das medidas mitigadoras rotineiras a uma série de documentos (ex.: plano de ação de reassentamento populacional, plano para povos indígenas, plano de emergência e contingência, plano de descomissionamento etc.). O nível de detalhamento e complexidade do Plano de Ação e de prioridade das medidas e ações identificadas será proporcional aos possíveis impactos e riscos do projeto. De acordo com o Padrão de Desempenho 1, o **Sistema de Gestão Socioambiental** interno incorporará os seguintes elementos: (i) Avaliação Socioambiental; (ii) programa de gestão; (iii) capacidade organizacional; (iv) treinamento; (v) engajamento da comunidade; (vi) acompanhamento; e (vii) divulgação de informações.

ou terceiro especialista deverá ter consultado as comunidades afetadas pelo projeto de forma estruturada e culturalmente adequada.⁵ Em projetos com significativos impactos adversos em comunidades afetadas, o processo deverá garantir consulta livre, prévia e informada, assim como facilitar a participação informada como meio de determinar, de modo que satisfaça à EPFI, se o projeto incorporou adequadamente as preocupações das comunidades afetadas.⁶

Para que isso se cumpra, a documentação da Avaliação e o Plano de Ação, ou seus resumos não técnicos, devem ser disponibilizados ao público pelo cliente durante um prazo mínimo razoável, no idioma local e de forma culturalmente adequada. O cliente deve levar em consideração os resultados da consulta, assim como documentar seu processo, incluindo quaisquer ações acordadas que resultem da consulta. No caso de projetos com impactos sociais ou ambientais adversos, a divulgação deverá ocorrer no início do processo de Avaliação e, em qualquer hipótese, antes do início da construção do projeto, devendo, ainda, ser realizada de forma contínua.

Princípio 6: Mecanismo de Reclamação: Para todo projeto da Categoria A e, quando for o caso, da Categoria B situado em países não pertencentes à OCDE ou em países-membros da OCDE não classificados como de Alta Renda, conforme definição constante no Banco de Dados de Indicadores de Desenvolvimento do Banco Mundial (*World Bank Development Indicator Database*), para garantir a continuidade da consulta, da divulgação de informações e do envolvimento da comunidade ao longo de toda a construção e operação do projeto, o cliente estabelecerá, de acordo com os riscos e impactos adversos do projeto, um mecanismo de reclamação como parte do sistema de gestão. Isso permitirá ao cliente receber e facilitar a resolução das preocupações e reclamações com o desempenho socioambiental do projeto levantadas por pessoas ou grupos das

⁵ **Comunidades afetadas** são as comunidades locais situadas na área de influência do projeto que provavelmente serão afetadas de forma adversa pelo projeto. No caso de se realizar tal consulta de forma estruturada, as EPFIs podem exigir a elaboração de um Plano de Consulta Pública e Divulgação de Informações (*Public Consultation and Disclosure Plan - PCDP*).

⁶ A **consulta** deve ser “livre” (livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação), “prévia” (divulgação tempestiva de informações) e “informada” (com informações relevantes, compreensíveis e acessíveis) e precisa contemplar todo o processo do projeto, e não somente as etapas iniciais do mesmo. O financiado adaptará seu processo de consulta ao linguajar das comunidades afetadas, aos seus processos de tomada de decisão e às necessidades de grupos de pessoas deficientes ou vulneráveis. A consulta a Povos Indígenas deve atender aos critérios específicos e detalhados do Padrão de Desempenho 7. Outrossim, é preciso abordar os direitos especiais dos Povos Indígenas, conforme reconhecidos pela legislação do país-sede.

comunidades afetadas pelo projeto. O financiado deve informar às comunidades afetadas pelo projeto sobre o mecanismo no andamento de seu processo de engajamento da comunidade e garantir que o mecanismo encaminhe as preocupações de forma imediata, transparente e culturalmente adequada e seja facilmente acessível a todos os segmentos das comunidades afetadas.

Princípio 7: Análise Independente: Para todo projeto da Categoria A e, quando for o caso, da Categoria B, um especialista social ou ambiental independente e sem vínculo direto com o cliente analisará a documentação da Avaliação, do Plano de Ação e do processo de consulta a fim de auxiliar a diligência da EPFI no exame do cumprimento dos Princípios do Equador.

Princípio 8: Compromissos contratuais: A incorporação de obrigações em contrato é um dos pilares dos Princípios do Equador. Em projetos de Categoria A e B, o cliente se comprometerá, por instrumentos contratuais:

- a) a cumprir todas as leis, regulamentos e autorizações sociais e ambientais do país-sede, em todos os aspectos importantes;
- b) a cumprir o Plano de Ação (quando for o caso) durante a construção e operação do projeto, em todos os aspectos relevantes;
- c) a disponibilizar relatórios periódicos, no formato acordado com as EPFIs (a frequência dos relatórios deverá ser proporcional à severidade dos impactos ou conforme exigência legal; em todo caso deverá ter, no mínimo, periodicidade anual), elaborados por funcionários da empresa ou especialistas externos, que i) documentem o cumprimento do Plano de Ação (quando aplicável) e ii) façam uma declaração de cumprimento das leis, regulamentos e autorizações sociais e ambientais locais, estaduais e do país-sede; e
- d) a descomissionar as instalações, quando aplicável e apropriado, de acordo com um plano de descomissionamento acordado.

Quando o cliente não estiver em conformidade com seus compromissos socioambientais, as EPFIs, em conjunto com ele, empreenderão melhores esforços para levá-lo novamente à conformidade. Se o cliente não restabelecer a conformidade no prazo de carência acordado, as EPFIs se reservam o direito de utilizar os meios jurídicos que considerarem cabíveis.

Princípio 9: Monitoramento Independente e Divulgação de Informações:

Para garantir o monitoramento contínuo e a divulgação de informações durante a vigência do empréstimo, as EPFIs exigirão, em todo projeto da Categoria A e, quando for o caso, da Categoria B, a nomeação de um especialista ambiental e/ou social independente ou que o cliente contrate especialistas externos qualificados e experientes para verificar suas informações de acompanhamento que serão compartilhadas com as EPFIs.

Princípio 10: Divulgação de Informações pelas EPFIs: Cada EPFI que adota os Princípios do Equador se compromete a divulgar ao público, no mínimo anualmente, informações sobre seus processos e experiência na implementação dos Princípios do Equador, levando em conta as considerações de confidencialidade apropriadas.⁷

EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

As EPFIs que adotam estes Princípios os veem como um referencial do setor financeiro para o desenvolvimento de políticas, procedimentos e práticas socioambientais individuais e internos. Como em toda política interna, estes Princípios não criam direitos nem obrigações para pessoa alguma, pública ou privada. As instituições adotam e implementam estes Princípios voluntária e independentemente, sem depender nem recorrer à IFC nem ao Banco Mundial.

⁷ Tais informações divulgadas devem incluir, no mínimo, o número de operações selecionadas por cada EPFI, inclusive a categorização das operações (podendo compreender uma divisão por setor ou região) e informações sobre a implementação.

Anexo I: Categorização de projetos

Como parte de sua análise dos impactos socioambientais esperados para um projeto, as EPFIs utilizam um sistema de categorização socioambiental, cuja base está nos critérios ambientais e sociais aplicados pela IFC, de modo a refletir a magnitude dos impactos, entendida em consequência da avaliação. Essas categorias são:

- Categoria A – Projetos com possíveis impactos sociais ou ambientais significativos que sejam heterogêneos, irreversíveis ou sem precedentes.
- Categoria B – Projetos com potencial de impactos sociais ou ambientais limitados que sejam em número reduzido, geralmente específicos do local, amplamente reversíveis e prontamente tratados por meio de medidas mitigadoras; e
- Categoria C – Projetos sem impactos sociais ou ambientais, ou com impactos mínimos.

Anexo II: Lista ilustrativa de questões socioambientais potenciais a serem abordadas na documentação da Avaliação Socioambiental

No contexto das atividades do projeto, a documentação da Avaliação deve abordar, quando for o caso, os seguintes assuntos:

- avaliação das condições socioambientais básicas;
- consideração de alternativas viáveis e preferíveis sob o ponto de vista socioambiental;
- exigências legais do país-sede, bem como de tratados e acordos internacionais aplicáveis;
- proteção dos direitos humanos e da saúde pública e segurança da comunidade (incluindo riscos, impactos e gestão do uso de equipes de segurança pelo projeto);
- proteção do patrimônio cultural e arqueológico;
- proteção e conservação da biodiversidade, incluindo espécies ameaçadas e ecossistemas sensíveis em habitats modificados, naturais e críticos, bem como a identificação de áreas legalmente protegidas;
- gestão e uso sustentável de recursos naturais renováveis (incluindo a gestão sustentável de recursos por meio de sistemas de certificação independente apropriados);
- utilização e manejo de substâncias perigosas;
- avaliação e administração de grandes riscos;
- questões trabalhistas (inclusive os quatro princípios e direitos fundamentais no trabalho) e de saúde e segurança ocupacional;
- prevenção de incêndios e proteção à vida;
- impactos socioeconômicos;
- aquisição de terras e reassentamento involuntário;
- impactos nas comunidades afetadas e em grupos de pessoas deficientes ou vulneráveis;
- impactos em povos indígenas e em sua cultura, suas tradições e seus valores;
- impactos cumulativos de projetos já existentes, do projeto proposto e de futuros projetos previstos;

- consulta e participação das partes afetadas no desenho, análise e implementação do projeto;
- geração, transmissão e uso eficientes de energia;
- prevenção da poluição e minimização de resíduos, controles de poluição (efluentes líquidos e emissões atmosféricas) e gestão de resíduos sólidos e químicos.

Obs.: A lista acima é apenas ilustrativa. O processo de Avaliação Socioambiental de cada projeto pode, ou não, identificar todos os temas acima relacionados, assim como ser relevante, ou não, a todo e qualquer projeto.

Anexo III: Padrões de Desempenho de Sustentabilidade Social e Ambiental da *International Finance Corporation* - IFC

Desde 01 de janeiro de 2012, os seguintes Padrões de Desempenho da IFC são aplicáveis:

- Padrão de Desempenho 1: Sistema de Gerenciamento e Avaliação Socioambiental
- Padrão de Desempenho 2: Trabalho e Condições de Trabalho
- Padrão de Desempenho 3: Prevenção e Redução da Poluição
- Padrão de Desempenho 4: Segurança e Saúde da Comunidade
- Padrão de Desempenho 5: Aquisição de Terras e Reassentamento Involuntário
- Padrão de Desempenho 6: Preservação da Biodiversidade e Gerenciamento Sustentável dos Recursos Naturais
- Padrão de Desempenho 7: Povos Indígenas
- Padrão de Desempenho 8: Patrimônio Cultural

Obs.: A IFC desenvolveu um conjunto de recomendações (*Guidance Notes*) para a aplicação de cada Padrão de Desempenho. Mesmo sem adotar formalmente tais recomendações, as EPFIs ou os clientes podem utilizá-las como pontos de referência úteis na busca de maior orientação na interpretação dos Padrões de Desempenho. Os Padrões de Desempenho da IFC, o conjunto de recomendações (*Guidance Notes*) e as Diretrizes de EHS de cada setor econômico podem ser encontrados no site www.ifc.org/ifcext/policyreview.nsf/Content/2012-Edition.

Anexo IV: Diretrizes Setoriais de Meio Ambiente, Saúde e Segurança (Diretrizes de EHS)

As EPFIs utilizarão as apropriadas diretrizes de meio ambiente, saúde e segurança (Diretrizes EHS) vigentes na IFC, assim como suas eventuais alterações.

A IFC utiliza dois conjuntos complementares de Diretrizes de EHS que estão disponíveis no site da IFC (www.ifc.org/enviro). Esses conjuntos são compostos por todas as diretrizes ambientais constantes da Parte III do Manual de Prevenção e Redução de Poluição (*Pollution Prevention and Abatement Handbook - PPAH*) do Banco Mundial, que passou a ser utilizado oficialmente em 1º de julho de 1998, e uma série de diretrizes referentes ao meio ambiente, saúde e segurança publicadas no site da IFC entre 1991 e 2003. Em momento futuro, novas diretrizes que incorporem os conceitos de produção limpa e sistemas de gestão ambiental serão redigidas para substituir a série de diretrizes setoriais do PPAH e da IFC.

Quando não houver diretriz setorial específica para um determinado projeto, aplicam-se as Diretrizes Ambientais Gerais do PPAH e as Diretrizes de Saúde e Segurança Ocupacional da IFC (2003), com as modificações que forem necessárias para adequá-las ao projeto.*

A tabela abaixo relaciona as Diretrizes do Banco Mundial e as Diretrizes da IFC em 1º de março de 2006.

Diretrizes Setoriais de EHS:

Diretrizes do Banco Mundial (PPAH)	Diretrizes da IFC
01. Produção de Alumínio	01. Aeroportos
02. Mineração de Metais Primários e Minério	02. Produção de Telhas Cerâmicas de Ferro
03. Cervejarias	03. Plantas de Materiais de Construção
04. Produção de Cimento	04. Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica
05. Plantas de Cloro-álcalis	05. Processamento de Peixes
06. Mineração e Produção de Carvão	06. Processamento de Alimentos e Bebidas
07. Produção de Coque	07. Operações Florestais: Corte de Árvores
08. Fundição de Cobre	08. Sistemas de Terminais de Gases
09. Indústria de Laticínios	09. Projetos Geotérmicos
10. Produção de Corantes	10. Gestão de Materiais Perigosos
11. Produção de Eletrônicos	11. Assistência Médica
12. Planta de Eletrodeposição	12. Segurança Contra Incêndios
13. Fundições	13. Saúde e Segurança Ocupacional
14. Processamento de Frutas e Vegetais	14. Prédios de Escritórios
15. Diretrizes Ambientais Gerais	15. Extração de Petróleo e Gás em Águas Profundas
16. Produção de Vidro	16. Bifenis Policlorados (PCBs)

17. Propriedades Industriais	17. Manejo e Aplicação de Pesticidas
18. Siderurgia	18. Plantações
19. Fundição de Chumbo e Zinco	19. Instalações Portuárias
20. Industrialização e Remoção de Gorduras	20. Sistemas de Tráfego Ferroviário de Carnes
21. Aciarias de Pequeno Porte	21. Estradas e Vias Expressas
22. Fábricas de Adubos Compostos	22. Telecomunicações
23. Monitoramento	23. Desenvolvimento do Turismo e da Hotelaria
24. Fundição e Refino de Zinco	24. Instalações de Manejo de Resíduos
25. Plantas de Fertilizantes Nitrogenados	25. Reaproveitamento de Águas Residuais
26. Desenvolvimento de Petróleo e Gás	26. Gestão de Áreas Silvestres (Terrestre)
27. Formulação de Pesticidas	27. Sistemas de Conversão de Energia Eólica
28. Produção de Pesticidas	28. Indústrias de Produtos de Madeira
29. Produção de Petroquímicos	
30. Refino de Petróleo	
31. Produção de Produtos Farmacêuticos	
32. Fábricas de Fertilizantes com Fosfatos	
33. Indústria Gráfica	
34. Usinas de Papel e Celulose	
35. Produção de Açúcar	
36. Curtumes	
37. Indústria Têxtil	
38. Diretrizes para Novas Usinas Termelétricas	
39. Reabilitação de Usinas Termelétricas já Existentes	
40. Processamento de Óleos Vegetais	
41. Indústria de Preservação de Madeira	

* Exceção (abaixo se encontram Diretrizes do Banco Mundial não constantes do PPAH, mas atualmente utilizadas):

- Mineração e Usinagem – Subsolo
- Mineração e Usinagem – A Céu Aberto

Anexo D: **Política de Sustentabilidade Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.**

Política de Sustentabilidade Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A.

1. Objetivo

Nosso sucesso hoje, assim como no futuro, está baseado numa interação ética e transparente junto aos nossos clientes, colaboradores, acionistas, investidores, fornecedores, parceiros de negócios e sociedade em geral. Assim, esta política tem como objetivos:

- ratificar nosso compromisso com a busca pelo desenvolvimento sustentável;
- evidenciar as diretrizes que permeiam a estratégia e a gestão junto a todas as nossas partes interessadas;
- promover inovações, revisões e adequações nos negócios com base nos conceitos de sustentabilidade.

Ao incorporar a Política de Sustentabilidade, o Itaú Unibanco reafirma o seu compromisso com o desenvolvimento sustentável e assume um desafio que vai além de suas operações próprias: ter um papel transformador frente aos novos padrões de negócios e alavancar o desenvolvimento social, ambiental e econômico, de forma equilibrada, responsável e sustentável.

Este desafio implica em um novo olhar sobre o futuro e uma nova postura no presente. Nesse contexto, o Itaú Unibanco fortalece seus compromissos com o respeito aos direitos humanos, a responsabilidade socioambiental, a conduta ética, contribuindo com a promoção do desenvolvimento sustentável por meio de seus serviços, processos e produtos. Para o Itaú Unibanco, Sustentabilidade é a manutenção dos negócios no curto, médio e longo prazo para uma entrega perene de valor às partes interessadas.

2. Premissas

O Itaú Unibanco tem sua trajetória de crescimento pautada em valores e princípios nos quais se baseia esta Política. As premissas desta Política são:

- conscientização e engajamento de todos os colaboradores com a sustentabilidade;
- comprometimento da liderança com a evolução do tema na organização;

- cultura organizacional alinhada aos valores e princípios do Itaú Unibanco;
- aprimoramento contínuo das práticas de governança corporativa;
- postura ética e transparente;
- cumprimento das leis e regulamentos.

Todas as Políticas Corporativas e Setoriais do Itaú Unibanco, atuais e futuras, deverão se orientar por este documento, bem como as ações de investimento social e cultural de seus institutos e fundações.

3. Governança para a sustentabilidade

A governança tem como objetivo fortalecer a agenda de sustentabilidade no processo decisório do Itaú Unibanco. Está estruturada em quatro instâncias:

a) Comitê de Acompanhamento da Sustentabilidade

Composto por integrantes do Conselho de Administração, é responsável por acompanhar a implementação desta Política e das práticas relacionadas, verificando sua aderência aos valores da organização e observando padrões e referências nacionais e internacionais.

b) Comissão Executiva de Sustentabilidade

Composta pelos integrantes do Comitê Executivo, tem como objetivo definir a orientação estratégica da Política, integrando a sustentabilidade às práticas de negócio e à cultura do Itaú Unibanco.

c) Comitê de Sustentabilidade

Composto por diretores, é responsável por definir estratégias de atuação do Itaú Unibanco, de acordo com as Políticas e Diretrizes estabelecidas pela Comissão Executiva de Sustentabilidade.

d) Comissão de Sustentabilidade

Composta por superintendentes e gerentes, é responsável por promover a evolução da agenda de sustentabilidade do Itaú Unibanco, analisar riscos e oportunidades em relação ao mercado e propor projetos e soluções.

4. Diretrizes

Esta Política de Sustentabilidade estabelece as seguintes diretrizes como forma de sua efetiva implantação:

Quanto à gestão

- incorporar continuamente a sustentabilidade nos processos de gestão da organização;
- promover o diálogo estruturado com as partes interessadas;
- avaliar riscos socioambientais de acordo com políticas próprias e observando a legislação vigente;
- incorporar aspectos relacionados às mudanças climáticas, gerenciando riscos e focando no desenvolvimento de soluções que respondam adequadamente à busca pela redução das emissões de gases de efeito estufa;
- identificar e acompanhar indicadores de sustentabilidade;
- comunicar de forma clara e transparente, disponibilizando as informações pertinentes, respeitando o grau de entendimento dos diversos públicos;
- proteger e respeitar os direitos humanos em nossa cadeia de valor, refutando todas as formas de trabalho infantil, forçado ou compulsório;
- aprimorar os mecanismos de prestação de contas.

Quanto aos produtos e serviços

- inserir aspectos de sustentabilidade na concepção de novos produtos e serviços, priorizando a inovação e a criação de um senso de oportunidade frente às novas exigências da sociedade;
- identificar oportunidades de negócio que possam resultar em inclusão financeira e apoio aos que permanecem excluídos dos benefícios desses produtos e serviços;
- estimular negócios em novos mercados alinhados com o desenvolvimento sustentável.

Quanto ao público interno

- promover um ambiente de trabalho inclusivo que valorize a diversidade e a equidade;

- desenvolver programas de educação e sensibilização em Sustentabilidade para todos os gestores e colaboradores;
- contemplar critérios de Sustentabilidade na seleção, contratação, promoção e dispensa de colaboradores, bem como avaliação de resultados e remuneração;
- garantir condições de trabalho adequadas e o bem-estar dos colaboradores, por meio de padrões de saúde e de segurança ocupacional;
- estimular o uso consciente de serviços financeiros por meio de educação financeira.

Quanto às relações com fornecedores

- promover e facilitar o desenvolvimento dos fornecedores com relação à agenda da sustentabilidade;
- aprimorar os requisitos a serem atendidos na contratação de fornecedores, de forma que atendam aos critérios de sustentabilidade;
- construir relações permanentes por meio de parcerias de longo prazo.

Quanto às relações com clientes

- adotar políticas de relacionamento com clientes que estimulem seu comprometimento com a sustentabilidade;
- influenciar e conscientizar os clientes, ativamente e em todas as oportunidades de relacionamento, quanto aos preceitos da sustentabilidade;
- promover a construção de relações pautadas na confiança e na qualidade para uma parceria de longo prazo;
- disponibilizar as informações para que nossos clientes utilizem conscientemente os produtos e serviços financeiros que oferecemos.

Quanto às relações com a sociedade

- manter permanente e ativa sua agenda de comprometimento com os principais desafios do desenvolvimento sustentável do país e das comunidades em que o Itaú Unibanco se faz presente;
- apoiar mecanismos de mercado que promovam melhorias contínuas para a sociedade e mitiguem a pobreza e desigualdade.

Quanto ao meio ambiente

- apoiar mecanismos de mercado e políticas internas que promovam o respeito ao meio ambiente, à qualidade de vida, e manutenção da biodiversidade;
- desenvolver e aperfeiçoar mecanismos e políticas internas para gestão dos impactos indiretos das operações financeiras;
- mitigar os impactos ambientais diretos de suas operações.

5. Compromissos e prestação de contas

O Itaú Unibanco utiliza instrumentos relevantes de monitoramento e prestação de contas, alinhados com compromissos internacionalmente reconhecidos como: o Pacto Global, os Princípios do Equador, a AA1000. O reporte de sua gestão e de suas práticas segue as diretrizes da *Global Reporting Initiative* – GRI - para Relatórios de Sustentabilidade. Além disso, o banco adota a norma SA8000, e direciona suas práticas segundo os índices *Dow Jones Sustainability Index* (NYSE) e Índice de Sustentabilidade Empresarial (BOVESPA), entre outras referências de mercado.

6. Revisão

A Política de Sustentabilidade tem prazo indeterminado, havendo um período de avaliação dos impactos e das oportunidades de sua aplicação para verificar necessidade ou pertinência de revisões em seu conteúdo.

Toda e qualquer incompatibilidade, inconsistência, dúvida, dilema, divergência na aplicação desta Política de Sustentabilidade identificada por qualquer área ou setor deverá ser reportada ao Comitê de Sustentabilidade.

Anexo E: Uteb – Usina Termoelétrica Bandeirantes

Sustentabilidade na Prática – Cases ¹

Uteb

Tipo de categoria a que pertence a inovação

Sustentabilidade em novos projetos

Título da inovação

Usina Termoelétrica Bandeirantes

Resumo da inovação

A Usina Termoelétrica Bandeirantes (Uteb) produz energia elétrica a partir do gás resultante de um grande aterro sanitário localizado na periferia da cidade de São Paulo. Assim, o projeto contribui para a melhoria das condições ambientais de duas formas: ao utilizar matéria-prima renovável e ao organizar a exploração econômica do lixo que, antes, só trazia doenças e miséria para a população local.

A Uteb foi viabilizada pelo Unibanco por meio de um project finance e investimentos diretos. Além de minimizar o impacto ambiental e contribuir para o aspecto social, a usina comercializa os créditos de carbono gerados a partir da queima do gás metano. Parte dos recursos assim obtidos é canalizada para a prefeitura da cidade, que vem realizando vários projetos sociais e urbanísticos em benefício das comunidades da região.

Os resultados operacionais da usina superaram as projeções iniciais e situam o projeto como referência mundial em termos de eficiência e cumprimento de metas de redução de gases de efeito estufa. Frequentes visitas internacionais de administradores de outros projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) buscam compreender os aspectos técnicos, estruturais e organizacionais que fizeram da usina um caso de sucesso.

¹ Informações obtidas segundo Itaú Unibanco (2012).

Principais Objetivos

Uma parte da energia produzida na Uteb é utilizada nos principais prédios administrativos do Itaú Unibanco, em São Paulo. O consumo interno nesses prédios assegura economia à organização, principalmente pela redução dos gastos com energia elétrica, uma de suas principais despesas operacionais. O restante da energia produzida abastece consumidores industriais e de serviços localizados nas regiões Sudeste e Centro-Oeste

A Uteb alia os objetivos de gerar energia minimizando o impacto ambiental a uma importante vertente de sustentabilidade. Os créditos de carbono gerados pelo projeto a partir da queima do metano são comercializados com países desenvolvidos, mobilizados em ajustar suas emissões de gases para cumprir o Protocolo de Kyoto.

Outro objetivo é aumentar a qualidade de vida na comunidade de Perus, distrito situado na periferia de São Paulo. A instalação da usina ajudou a melhorar as condições do local, que antes da instalação da usina era um lixão que causava diversos malefícios à população. As ligações elétricas dos moradores também foram regularizadas, com o término das conexões clandestinas. Além disso, a prefeitura está realizando diversos projetos de urbanização com os recursos obtidos com a venda dos créditos de carbono.

Aspectos considerados inovadores

Primeira usina de geração de energia elétrica a gás bioquímico em operação no Brasil e uma das maiores no mundo desse tipo, a Usina Termoelétrica Bandeirantes é um projeto criativo em muitos sentidos. O próprio ato de produzir energia a partir do aproveitamento do lixo consiste em uma alternativa pioneira e inovadora para eliminar os transtornos da poluição provocada pelos depósitos de lixo.

A iniciativa também procura estimular práticas empresariais responsáveis e capazes de beneficiar a empresa, o meio ambiente e a sociedade. Exemplo disso são os projetos socioambientais e urbanísticos implementados na região pela prefeitura de São Paulo. Essa foi a primeira vez que recursos provenientes da comercialização de créditos de carbono foram utilizados pelo poder público no Brasil.

Características

A energia é produzida com a queima do gás metano extraído do lixo pela empresa Biogás Energia Ambiental, evitando assim danos à atmosfera e os devastadores problemas ecológicos causados pelo efeito estufa. Se não sofressem essa queima, toneladas dessa substância, mais nociva que o próprio carbono, seriam lançadas diariamente no ar. A Usina Termoelétrica Bandeirantes tem capacidade para produzir 20 megawatts (MW) médios por mês de energia alternativa e limpa.

A Uteb produz energia a partir do biogás coletado do aterro e utilizado como combustível para alimentação de grupos motogeradores. O fluxo operacional é segmentado em quatro fases principais:

Fase 1: coleta do gás bioquímico

- Cada tonelada de resíduo depositado em aterros sanitários gera em média 200 metros cúbicos de biogás. A geração começa alguns meses após o início do aterramento e continua até 15 anos depois do encerramento da unidade. O Aterro Sanitário Bandeirantes recebeu, de 1979 até março de 2007, 35 milhões de toneladas de lixo.

- Sobre uma superfície impermeabilizada, são sobrepostas camadas de terra e lixo, dentro das quais fica contido todo o gás liberado na decomposição. Duzentos drenos verticais fazem a captação do gás, que é transportado até a unidade de beneficiamento por uma rede coletora de 60 quilômetros de extensão.

Fase 2: beneficiamento do gás

- Depois de coletado, o gás passa pelos processos de limpeza e desumidificação. Em seguida é pressurizado e encaminhado à central termoeletrica, onde é utilizado como combustível para a produção de energia elétrica. A cada hora, mais de 12 mil metros cúbicos de biogás são encaminhados aos 24 conjuntos de motogeradores da usina, que realizam a queima do metano a 1.000° C.

- Na produção de gás são utilizados quatro trocadores de calor, para rebaixar a temperatura do biogás até o ponto de orvalho para remoção da umidade (condensação); um resfriador, para rebaixar a temperatura da solução refrigerante dos trocadores de calor; e quatro sopradores.

Fase 3: geração de energia elétrica

- A queima do gás produz energia térmica, que movimenta os motores. A energia mecânica é então transformada em energia elétrica e tem a tensão aumentada para chegar à rede de distribuição da concessionária Eletropaulo.

- A geração é de 170.000 MWh, equivalente à potência de 20 MW.

- Para a produção de energia são utilizados 24 conjuntos motogeradores; 24 transformadores de tensão de 480 V para 13,2 KV; e 24 painéis de controle.

Fase 4: distribuição de energia

- A conexão à rede da concessionária é feita por uma estação de chaveamento e medição em 13,2 KV especialmente construída no local.

- A Uteb é a única usina ligada em baixa tensão, isto é, à rede básica de distribuição.

Localização geográfica

A Usina Termoeletrica Bandeirantes está instalada no Aterro Sanitário Bandeirantes, localizado no distrito de Perus, no limite norte da cidade de São Paulo, que conta com aproximadamente 120 mil habitantes. O aterro funciona desde 1979 em um terreno de 140 hectares à beira da Rodovia dos Bandeirantes.

- A usina entrou em operação em dezembro de 2003.

- Em setembro de 2007, o projeto viabilizou de forma pioneira a realização do primeiro leilão de créditos de carbono do mundo em bolsa de valores no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo instituído pelo Protocolo de Kyoto. Realizado pela Bolsa de Mercadorias & Futuros (BM&F), o leilão contemplou a venda de 808.405 créditos de carbono da prefeitura de São Paulo acumulados pelo projeto Uteb até a data do evento, arrecadando mais de R\$ 34 milhões para o poder público. O leilão permitiu à BM&F se posicionar na liderança da comercialização de créditos de carbono. Atualmente as ferramentas utilizadas pela bolsa para a negociação estão sendo aprimoradas, em vista do crescimento esperado do mercado.

- Em novembro de 2007, foi realizada audiência pública para utilização de recursos gerados pelo leilão dos créditos de carbono do Aterro Bandeirantes. Como resultado, a prefeitura de São Paulo realizou processos de licitação e iniciou os trabalhos para entrega de diversos projetos sociais, ambientais e urbanísticos na região de Perus. As obras dos dois primeiros projetos estão parcialmente concluídas, e as demais encontram-se em andamento:

- Urbanização da Bacia Bamburral.
- Construção de sete praças públicas.
- Parque Linear Perus.
- Centro de Formação Socioambiental do Parque Anhanguera.
- Implantação de ciclovias.
- Intervenção sociourbanística no Córrego do Fogo.
- Coleta seletiva e instalação de ecopontos.

Parcerias estabelecidas para a implementação da inovação

A participação do Itaú Unibanco envolveu a responsabilidade pela operação de project finance e pela administração do projeto, bem como a compra da energia produzida. Além disso, o Itaú Unibanco estabeleceu parceria com a empresa Biogás Energia Ambiental, detentora de tecnologia trazida da Holanda. Outra parceira é a prefeitura de São Paulo, que utiliza a metade dos recursos obtidos com a venda dos créditos de carbono para realizar intervenções urbanísticas em Perus e áreas vizinhas.

Descrição da Prática - Relevância para o negócio

O Itaú Unibanco promoveu a criação da Usina Termoelétrica Bandeirantes (Uteb) para dar seguimento a sua tradição em práticas de responsabilidade socioambiental. A iniciativa levou a empresa a uma posição de vanguarda, consolidando-a como a primeira organização financeira do mundo a adotar um sistema ecologicamente sustentável e menos poluente de geração de energia.

Descrição da Prática- Contribuição para melhorias no desempenho da empresa

Crescimento de receita e acesso ao mercado

Embora o retorno econômico seja obtido ao utilizar a energia da Uteb para abastecimento próprio, atualmente apenas 30% da energia gerada é direcionada para abastecimento do Itaú Unibanco. Para que seja possível usar o restante necessário para viabilizar os objetivos iniciais do projeto é preciso aguardar a divulgação de regulamentações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A venda do excedente de energia elétrica constitui uma importante fonte de faturamento do projeto e completa os resultados obtidos. Sua comercialização no mercado livre origina receitas mensais da ordem de milhões de reais.

Os resultados financeiros do projeto também são compostos pela receita proveniente de negócios com créditos de carbono, uma vez que as reduções certificadas de emissões (RCEs) são distribuídas entre os participantes do projeto. A cada ano, a usina contabiliza mais de 600 mil toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂e). Desde o início do projeto até dezembro de 2007, foram certificados 2,3 milhões de toneladas de CO₂e, que representam um potencial de receitas superior a R\$ 100 milhões, considerando o preço de mercado atual de 17 euros/tonelada de CO₂e.

No futuro, de 2008 a 2015, está prevista uma certificação superior a 5 milhões de toneladas de CO₂e. Desprezando-se a tendência atual de aumento de preços no mercado de RCEs, os recursos provenientes da comercialização desses créditos devem ultrapassar com facilidade o volume de R\$ 200 milhões.

Economia de custos e produtividade

A energia produzida na Usina Termoelétrica Bandeirantes é destinada a seis edifícios administrativos de São Paulo e Rio de Janeiro, enquanto se aguarda regulamentação para estender esse benefício à rede de agências de todo o país. A potência elétrica produzida pela usina pode chegar a 20 MW médios, o suficiente para abastecer uma cidade com 400 mil habitantes durante dez anos.

O Itaú Unibanco investiu mais de R\$ 45 milhões desde a criação do projeto, em 2003, recursos que poderão ser recuperados durante o ciclo de vida da usina, cuja duração é prevista até 2015.

Maior credibilidade e interação junto a stakeholders

A Uteb é um típico exemplo de triple bottom line, trazendo simultaneamente benefícios econômicos, ambientais e sociais. Para isso, a interação com stakeholders foi crucial para o processo, ou seja, foram envolvidos as empresas clientes e parceiras, o governo, órgãos ambientais e a comunidade local. Como parte da função social do projeto, foram realizados investimentos na rede básica de distribuição de energia do distrito de Perus para regularizar a alimentação da rede local, que antes apresentava instabilidade no fornecimento. As ligações clandestinas, comumente chamadas de "gatos", que eram habituais na região antes da instalação da usina, foram substituídas por conexões em conformidade com padrões técnicos nacionais, aumentando a qualidade dos serviços de energia e principalmente a segurança dos usuários.

Em funcionamento durante todo o ano, 24 horas por dia, a usina também promoveu uma ampla reestruturação na comunidade, proporcionando oportunidades de emprego e urbanização.

Descrição da Prática - Resultados sociais e ambientais obtidos com a inovação

O projeto da Usina Termoelétrica Bandeirantes firma o compromisso de uma corporação sediada numa nação emergente com os temas vitais postos em pauta pelo Protocolo de Kyoto. Após mais de sete anos de negociações, o acordo, assinado por 141 nações, entrou em vigor em 2005. Fundamentado nos princípios do Tratado da ONU sobre Mudanças Climáticas, obriga os países industrializados a reduzir, de 2008 a 2012, as emissões de gases em, no mínimo, 5% em relação ao nível apresentado em 1990.

As descargas a serem cortadas para se evitar o efeito estufa são de dióxido de carbono, óxido nitroso, hidrofluorcarbono, perfluorcarbono, hexafluorcarbono de enxofre e metano, um dos mais nocivos à camada de ozônio e 21 vezes mais poluente que o carbono – exatamente a substância tratada e transformada em biogás e créditos de carbono pela Uteb.

Melhorias para a comunidade

A produção de créditos de carbono – estimada em 7,3 milhões de toneladas até 2015 – tem uma função social: metade dos créditos de carbono é destinada à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município. Por meio do Fundo Municipal de Meio Ambiente de São Paulo, esses recursos são aplicados em projetos sociais na região do Aterro Sanitário Bandeirantes.

Assim, a prefeitura paulistana realizou processos de licitação e iniciou os trabalhos para entrega dos seguintes projetos sociais, ambientais e urbanísticos na região de Perus:

- Centro de Formação Socioambiental no Parque Anhanguera - em andamento
- Implantação de viveiro e de escola de marcenaria, ampliação de Centro de Triagem e Reabilitação de Animais Silvestres e instalação de Centro de Formação e Capacitação (Educação Ambiental).
- Coleta seletiva e instalação de ecopontos - em andamento
- Criação das Centrais de Triagem Perus e Pirituba, além de implantação de dois ecopontos em Perus e outros dois em Pirituba.

- Implantação de ciclovia - em andamento (estão sendo estudadas duas opções na Avenida Fortunata Tadiello Natucci.)
- Urbanização da Bacia Bamburral - parcialmente concluída (intervenção sociourbanística e recuperação ambiental das saias do aterro.)
- Parque Linear Perus - em andamento
- Desapropriação de área e intervenção sociourbanística no Córrego do Areião, com obras de retardamento de águas pluviais. Serão 2.000 metros de cercamentos, 40.000 metros de obras de calçamento, 1 milhão de metros quadrados de ajardinamento e 6.000 metros de iluminação.
 - Intervenção sociourbanística no Córrego do Fogo, em Pirituba - em andamento.
 - Instalação de sistema de controle e monitoramento das águas e ajardinamento.
 - Praças públicas - parcialmente concluídas (implantação e recuperação de praças, com aproximadamente 88.000 metros quadrados de área.)

Outro fator de desenvolvimento para a população do entorno é o aumento das oportunidades de emprego e as melhorias urbanas decorrentes da execução do projeto. Dos 30 funcionários da usina, oito são da comunidade local e passam por um processo de alfabetização e formação de mão de obra especializada por meio de cursos financiados pela usina.

O Itaú Unibanco e a Biogás também investiram na construção de uma praça e área de lazer para a comunidade. As melhorias fizeram com que os terrenos situados na região se valorizassem, beneficiando os proprietários de residências e de pequenos comércios locais.

A miséria e a falta de infraestrutura obrigavam os 120 mil habitantes da comunidade a conviver com a poluição, o forte cheiro de gás no ar, ratos, moscas e quedas constantes na energia elétrica. Hoje essa realidade é absolutamente diferente, resultado direto da ação da Uteb.

Gestão da inovação

A Usina Termoelétrica Bandeirantes é administrada pelo Itaú Unibanco, que também foi responsável pela operação de project finance e realizou investimentos diretos que viabilizaram sua implantação. Parte da energia gerada é utilizada para abastecer prédios administrativos do Itaú Unibanco, em São Paulo; o excedente é consumido por indústrias e outras empresas localizados no Sudeste e no Centro-Oeste.

A operação da Uteb está a cargo da Biogás Energia Ambiental, empresa que foi constituída em 2004, após a assinatura do contrato de concessão para exploração de gás do Aterro Sanitário Bandeirantes com a Prefeitura Municipal de São Paulo.

Parte dos recursos obtidos com a venda dos créditos de carbono é administrada pela prefeitura de São Paulo, que define, projeta e executa melhorias na região onde a usina está instalada.

Possibilidade de disseminação ou replicação

No Brasil, o modelo da Usina Termoelétrica Bandeirantes foi replicado em mais de 25 projetos de mecanismo de desenvolvimento limpo. A usina é atualmente responsável por mais de 10% do total das metas de redução de emissões esperada para esse conjunto de projetos, destacando-se como uma das maiores certificações de controle de aterro no mundo.